

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA CRISTINA ZIELINSKI DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO INFANTIL: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICAS DE
(RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DE
PINHAIS - PR

CURITIBA
2015

ADRIANA CRISTINA ZIELINSKI DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO INFANTIL: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICAS DE
(RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DE
PINHAIS - PR

Monografia apresentada como requisito parcial
à conclusão do Curso de Especialização da
Educação das Relações Étnico-raciais, Setor
de Educação, da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias

CURITIBA
2015

Dedico este trabalho

Ao Almir, meu marido, pelo amor e companheirismo, suprimo minha ausência junto aos nossos filhos e incentivando-me na realização da conclusão desta Especialização.

Ao Alexandre e a Bruna, filhos queridos, dos quais roubei momentos valiosos de afeto para que conseguisse terminar a minha “tarefa”.

À Teresa, minha mãe, que com sua força, ensinou-me a ser persistente para que meus desejos pudessem tornar-se realidade.

AGRADECIMENTOS

Manifesto minha gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa e de forma particular:

À professora Dra. Lucimar Rosa Dias, que pacientemente, orientou-me na elaboração deste trabalho, discutindo questões de extrema importância para a minha vida e atuação, enquanto profissional de educação.

À minha Ancestralidade e aos meus Orixás.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo investigar se as ações realizadas pela Comissão da Diversidade do Município de Pinhais influenciam nas práticas formativas desenvolvidas pelas(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) junto aos professores(as)/educadores(as) dos CMEIS ao tratarem das relações étnico-raciais. Optamos por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo, na primeira etapa da pesquisa efetuamos um levantamento de teses e dissertações no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetivando identificar as produções com a temática. Na segunda etapa, realizamos análise documental acerca da produção da Comissão Permanente da Diversidade no ano de 2014. Na primeira etapa da pesquisa pudemos observar que após as buscas no banco de dados da Capes, com os descritores informados anteriormente, pudemos observar poucas pesquisas sobre a temática das relações raciais na educação infantil e a ausência de trabalhos que abordem as práticas de formação de Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) com foco em relações étnico-raciais na Educação Infantil, o que nos indica a importância de estudo sobre esta temática. Na segunda etapa com a análise documental e entrevistas apontamos a necessidade de melhoria na comunicação interna e o aumento da oferta de formações com a temática das relações étnico-raciais. Utilizamos nesta pesquisa as contribuições dos autores: Nilma Lino Gomes, Lucimar Rosa Dias, Tania Mara Pacífico entre outros.

Palavras-chave: Educação Infantil, Coordenação Pedagógica, Diversidade Étnico-Racial, Formação de professores(as).

ABSTRACT

This research has the purpose of inquire whether the actions performed by Comissão da Diversidade do Município de Pinhais do influence in the training practices developed by the Pedagogical Coordinators alongside the teachers/educators of the CMEIS (Municipals Centers of Child Education) when they tackle the ethnic-racial relations. We choose to perform a research of qualitative character. In the first step of the research we did a survey of theses and dissertations in the CAPES's database (Coordination of Improvement of Higher Education Personnel), aiming to identify the productions with the theme. In the second stage, we perform document analysis on the production of the Comissão Permanente da Diversidade (Permanent Commission of Diversity) in 2014. In the first stage of the research we saw that after the searches in the Capes database with the descriptors previously reported, few studies on the subject of race relations in early childhood education and the absence of studies that address the Pedagogical Coordinators' training practices with a focus on ethnic-racial relations in Early Childhood Education. It shows the importance of the study of this subject. In the second stage, with documentary analysis and interviews, we pointed out the need to improve the internal communication and increasing the supply of training with the topic of ethnic-racial relations. We employed in this research the contributions of the authors: Nilma Lino Gomes, Lucimar Rosa Dias, Tania Mara Pacífico, and others.

Keywords: Early Childhood Education, Pedagogical Coordination, Ethnic-Racial Diversity, Teacher training

LISTA DE SIGLAS

AMMA – Associação das Mulheres e Meio Ambiente
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CEI – Centro Educação Infantil
CRDH - Centro de Referência dos Direitos Humanos
EAD – Ensino à Distância
FAPI – Faculdade de Pinhais
FPEDER-Pinhais - Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Município de Pinhais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
MEC - Ministério da Educação
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena
PME – Plano Municipal de Educação
PNBE - Programa Nacional de Biblioteca Escolar
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SESI - Serviço Social da Industrial
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CAPÍTULO 1 – PINHAIS E (RE)EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	10
2.1 CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE PINHAIS	10
2.2 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS	13
2.3 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E AS DELIBERAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL	14
2.4 OS CAMINHOS DA PESQUISA	17
2.5 LOCALIZANDO O TEMA DA PESQUISA NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA	20
3 CAPÍTULO 2 – A TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO EM PINHAIS	25
3.1 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	25
3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	27
3.3 COMISSÃO PERMANENTE DA DIVERSIDADE DO MUNICÍPIO DE PINHAIS	29
3.4 FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DO MUNICÍPIO DE PINHAIS	32
3.5 MOVIMENTO NEGRO EM PINHAIS	35
4 CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	37
4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA COMISSÃO PERMANENTE DA DIVERSIDADE	37
4.2 COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS	45
Considerações finais	55
Referências	57
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

“Estamos na luta para construir uma escola na qual as pessoas possam compreender suas diferenças e se posicionarem contrárias à hierarquização e inferiorização entre os seres humanos a partir de qualquer tipo de marca”. (DIAS, 2007, p.30)

A construção do tema desta pesquisa tem intrínseca relação com a minha história pessoal por três fatos marcantes. O primeiro marca meu nascimento. Sou uma mulher branca, filha de uma mulher guerreira, negra e de um homem branco de origem ítalo-polonesa que foi renegado pela mãe por ter se casado com uma “negrinha”. Esta era a fala da minha avó paterna.

Anos depois meu pai que foi vítima de uma concepção racista, de forma contraditória também não aceita a minha opção de me casar com um homem negro e demonstra isso se ausentando no dia do meu casamento.

E mais recentemente acompanho com apreensão as situações vividas por meu filho, negro que atualmente aluno da UFPR, do curso de Engenharia Mecânica, ao qual acessou por meio das cotas raciais¹. Ele tem sentido dificuldades nesse curso que tradicionalmente frequentado pela elite branca. Já minha filha, também negra, com marcas do preconceito sentido na pele, no cabelo e nos olhares, que com o conhecimento vem na resistência vencendo as barreiras.

Fui para a graduação quando consegui, aos trinta e cinco anos e apaixonada pela pesquisa não parei de estudar, sinto que ainda tenho um longo caminho a percorrer, lembro que minha mãe dizia que o melhor caminho era estudar e trabalhar, sabias palavras. Nesta área da educação, as inquietações quanto aos preconceitos vividos e sentidos por meio do amor a mãe, marido e filhos. Talvez tenha sido a empatia o fio condutor de buscar nesta pesquisa a forma de colaborar indicando formas de trabalho que levem a quebra dos preconceitos por meio das formações de professores, iniciando na Educação Infantil.

¹ Cotas raciais – Sancionada em agosto a Lei 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente de ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As vagas serão subdivididas entre estudantes de escolas públicas, pretos pardos e indígenas. Disponível no link <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> acessado 02/11/2015.

O estudo foi organizado em três capítulos considerando o contexto da educação do município de Pinhais. No primeiro capítulo – Pinhais e (Re)Educação para as Relações Étnico-Raciais apresentaremos os caminhos da pesquisa caracterizando e situando a Educação do município, localizando o tema da pesquisa no âmbito da produção acadêmica.

No segundo capítulo – A temática das Relações Étnico-raciais na Educação em Pinhais com apresentações históricas da construção dos atores sociais responsáveis pela promoção da igualdade racial e seus encaminhamentos.

Para finalizar, no terceiro capítulo – Análise de dados da pesquisa, expressaremos as informações coletadas por meio de análise documental, questionários e entrevista semiestruturada.

2 CAPÍTULO 1 – PINHAIS E (RE)EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

2.1 CONTEXTUALIZANDO O MUNICÍPIO DE PINHAIS

Para discutirmos a questão das relações étnico-raciais no município de Pinhais, é importante localizarmos a cidade e sua história.

Pinhais é uma cidade do estado do Paraná e está localizada na Região Metropolitana de Curitiba. É o menor município paranaense com uma área territorial de 60.92 km², o nome "Pinhais" deriva da palavra *pinus*, porque durante seus primeiros anos, a região tinha uma grande quantidade de pinheiros (*Araucária angustifolia*), árvore símbolo do estado paranaense. As gralhas-azuis ao alimentarem-se de pinhões derrubavam a semente e contribuíam com a disseminação da árvore. Com isto a gralha-azul é um símbolo municipal sendo citada no hino municipal de Pinhais e as araucárias estão retratadas na bandeira e no brasão do município.

Seus primeiros habitantes foram populações indígenas, pertencentes aos troncos linguísticos Jês e Tupis. As primeiras populações indígenas eram pré-ceramistas e possivelmente datam de 4.000 anos a.C., conforme pesquisas do professor e arqueólogo Igor Chmyz² (2002), foram encontrados vários vestígios de artefatos indígenas, além de evidências de estruturas habitacionais características destes povos.

Um fator importante na formação da cidade foi a construção da Ferrovia ligando Curitiba a Paranaguá e da estação de parada do trem, em 1885, o que colaborou para a formação de uma pequena comunidade onde ficaram estabelecidos os responsáveis pela manutenção da estrada de ferro, outro fator para a formação do povoado foi a inauguração de uma indústria de cerâmica.

Por volta de 1912, Guilherme Weiss comprou a indústria de cerâmica da família Torres e deu início a um processo que transformou o estabelecimento em uma verdadeira potência (Silva, 2012). Com o novo proprietário, a indústria passou a importar novos maquinários e ampliou a capacidade de produção. Quando estes novos equipamentos chegaram à indústria cerâmica foi

² Arqueólogo e Representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Assuntos de Arqueologia no Paraná. Professor da Cadeira de Arqueologia da Universidade Federal do Paraná.

necessário obter mão de obra especializada, assim aumentando a população local.

Ainda no início da década de 1930, um grupo de empreendedores decidiu construir uma grande indústria de cimento na região, conhecida como Indústria de Cimento Portland Paraná. A escolha da região para estabelecer a indústria ocorreu devido à proximidade com Curitiba, adquiriram maquinário importado, no entanto, a indústria de cimento não chegou a iniciar as atividades de produção, provavelmente pela dificuldade de acompanhar a competitividade de preços dos cimentos importados da época (SILVA, 2012).

Atualmente a população Pinhais é de 117.166 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, sendo que desta 3,56% se declararam da cor/raça preta e, 25,60% da cor/raça parda, considerando a categoria negro (pretos e pardos) teremos um total de 29,16% da população. Se compararmos com a população negra paranaense que é de 21,09%, Pinhais tem um percentual significativo de negros.

Já brancos têm maior presença na população, somando 69,99%, amarelos e indígenas representam uma parcela bem menor, representam consecutivamente 0,70% e 0,12% da população.

Além da população, outro aspecto importante para compreendemos o município é identificarmos o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, neste caso Pinhais é o 14º melhor do Paraná.

Um dos aspectos que compõe o IDH é a avaliação do índice de analfabetismo e de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o território pode ser considerado livre de analfabetismo quando 96% de sua população, com mais de 15 anos de idade, sabe ler e escrever. Quando isso acontece o Ministério da Educação – MEC concede um selo de certificação de território livre de analfabetismo. Pinhais recebeu este título em 2014, com base nos dados do último levantamento realizado pelo IBGE (2010) com a taxa de analfabetismo de 3,4%.

Outra questão importante que vale ressaltar é o acolhimento que a cidade ofertou aos haitianos³, Pinhais recebeu muitos imigrantes que vieram em busca de melhores condições e maior qualidade de vida. O Centro de Referência dos Direitos Humanos – CRDH, órgão municipal que em parceria com Instituto Positivo e o Serviço Social da Indústria - SESI, se reuniram para encaminhar algumas ações de apoio, dentre elas a oferta de aulas de Língua Portuguesa e outros cursos para a formação pessoal propiciando encaminhamento ao trabalho. Muitos imigrantes haitianos já possuem escolaridade equivalente ao ensino médio no Brasil, mas há necessidade de validar o certificado, para isso é necessário realizar algumas provas que requerem o domínio da Língua Portuguesa daí uma das primeiras ações foi oferecer as aulas do idioma, também houve encaminhamentos para emprego pela Agência do Trabalhador; para o Sistema único de Saúde – SUS, visto que vários já chegaram com problemas de saúde e regularização da documentação pessoal.

Além da dinâmica populacional, Pinhais vive em um constante desenvolvimento econômico. Atualmente, por exemplo, possui um vasto polo industrial, com mais de 2.500 empresas, 1.500 estabelecimentos comerciais, se destaca principalmente na indústria de metal mecânica, plásticos e prestação de serviços.

Até o final do século XIX, Pinhais pertencia ao território de Curitiba, após desmembramentos de Curitiba em alguns municípios, Pinhais passou a ser propriedade do Município de Colombo. Em 1930, o Paraná estava sendo administrado pelo interventor Manuel Ribas, que promoveu mudanças no estado, inclusive as delimitações geográficas de vários municípios (SILVA, 2012), então Pinhais, passou a pertencer à Piraquara. A partir da década de 1960, com o crescimento do povoado na região, a comunidade começou a reivindicar a instalação de serviços públicos locais e no final do ano de 1991, foi realizado um plebiscito para ser verificado o interesse da população de Pinhais pela implantação de um Poder executivo e legislativo local, o qual teve

³ Em 2010 ocorreu Terremoto que assolou o Haiti, além de muitas vidas perdidas, abalou as construções locais, provocando uma grande imigração inclusive para o Brasil, sendo que no início de 2014 começaram em maior número no município de Pinhais.

um índice de 87% de aprovação. Em 20 de Março 1992, tornou-se oficialmente município, quando se emancipou de Piraquara.

Atualmente contando com 15 bairros e inúmeras vilas, Pinhais faz divisa com Colombo, Curitiba, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Piraquara.

Embora existam vários focos importantes para analisar a cidade, como nosso trabalho relaciona-se diretamente com a questão educacional traremos a seguir algumas informações sobre esta área que colabora para compreendermos melhor o tema da pesquisa.

2.2 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS

Como dito anteriormente a formação de uma vila com a maioria de funcionários em função da construção da Ferrovia e a estação de trem, trouxe algumas demandas para a localidade, com as famílias instaladas havia necessidade de muitas coisas, dentre elas, uma educação, criou-se um estabelecimento de ensino para crianças, por volta do ano de 1914, com o nome de "Casa de Instrução", uma única sala instalada numa das casas construídas para os ferroviários (XAVIER, 2000).

O aumento da população foi acompanhado pelo surgimento de novos estabelecimentos de ensino, bem como de outros aspectos da infraestrutura necessária à manutenção da comunidade. Nesse sentido, os locais que começaram a apresentar maior concentração populacional foram reivindicando a construção de escolas. Guilherme Weiss, proprietário da Indústria de Cerâmica Weiss, na década de 20, com a ampliação da empresa e com a vinda de mais funcionários, incentivou a construção da primeira escola pública de Pinhais. Era uma casa com duas salas, uma para o ensino e outra destinada à celebração da eucaristia.

Com a melhoria da infraestrutura na década de 1960, como abertura de ruas, a venda de novos loteamentos, a proximidade de Curitiba, dentre outros fatores é que colaboraram para o aumento da população local. A partir de então, iniciou-se a construção de maior número de unidades educacionais, divididas entre os loteamentos de mais concentração de habitantes.

Atualmente Pinhais conta com 22 Escolas Municipais, 21 Centros Municipais de Educação Infantil, 14 Colégios Estaduais, 01 Instituto Federal do Paraná com cursos técnicos de nível médio, além de estabelecimentos particulares aqui instalados, atendendo mais de 20 mil estudantes, contemplando os ensinos fundamental, médio e superior.

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED, oferece alguns cursos de formação continuada, por meio de várias modalidades, inclusive pelo Ensino a Distância – EAD, com cursos em ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*, além de promover Seminários Nacionais e Internacionais com temáticas da Educação, Vale destacar que a Secretaria promove desde 2012 um seminário intitulado Seminário Municipal da Diversidade ação da qual traremos mais detalhes no capítulo 2.

Toda a política educacional do município é acompanhada pelo Conselho Municipal de Educação de Pinhais – CME do qual trataremos a seguir.

2.3 O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E AS DELIBERAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

O Conselho Municipal de Educação de Pinhais – CME, criado em 23 de dezembro de 2009, órgão de gestão colegiada e atualmente conta com as seguintes instituições em sua composição: representante do Poder Público, representante da Secretaria Municipal de Educação, representante das instituições privadas de ensino (CEI Estrelinhas do Amanhã e CEI Floriguinhos), representantes da Sociedade Civil Organizada (FAPI – Faculdades de Pinhais e CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como representante não governamental, e Fundação Luterana de Assistência Social - Creche Bom Samaritano), representante do Conselho Tutelar do Município e representante das Associações de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Poty Lazarotto.

O CME é integrado ao Sistema Municipal de Ensino, com a responsabilidade de representar os diferentes segmentos sociais e na formulação das políticas educacionais municipais, o qual regulamenta e fiscaliza. Essa formulação é feita em consonância com as definições de nível

nacional e estadual. Cabe a ele baixar normas complementares às nacionais, autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino públicos e privados que atendem a Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos/Séries Iniciais e suas modalidades de Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Um de seus objetivos é consolidar uma estrutura educacional que assegure a aprendizagem escolar, incluindo as dimensões administrativas e pedagógicas de cada estabelecimento de educação.

É também um instrumento de ação social atendendo a demandas da sociedade quanto à transparência no uso dos recursos e a qualificação dos serviços públicos educacionais.

Em 2010 instituiu a Deliberação nº 01/2010⁴ que estabelece Normas Complementares para Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Sistema Municipal de Ensino, bem como, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade destas temáticas. Nesta mesma deliberação, no artigo 5º indica para a Secretaria Municipal de Educação a instituição de Comissões de Diversidade, que deverão atuar em equipe em cada instituição escolar a fim de garantir a concretização da formação dos profissionais de educação e a aplicabilidade das alterações da LDB 9394/96 pelas Leis 10639/03 e 11645/08.

O Conselho Nacional de Educação regulamentou a alteração da LDB 9394/96 pelas Leis 10639/03 e 11645/08 que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica, o que significa uma ruptura nas posturas pedagógicas que não reconheciam o processo da formação nacional.

O Conselho Municipal de Educação do município de Pinhais fazendo uso de suas atribuições e observando os encaminhamentos em nível nacional

⁴ Deliberação 01/2010 que por se tratar de norma complementar é instituída pela Câmara de Legislação e Normas do Conselho de Educação. Disponível em: [http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/cme/uploadAddress/Del_012010_Normas_Complementares_para_Implementacao_das_Diretrizes_Curriculares_para_Educacao_das_Relacoes_Etnicorraciais_-_CLN\[5043\].pdf](http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/cme/uploadAddress/Del_012010_Normas_Complementares_para_Implementacao_das_Diretrizes_Curriculares_para_Educacao_das_Relacoes_Etnicorraciais_-_CLN[5043].pdf) Acesso em 24/08/2015.

instituiu, conforme acima citado, a deliberação com as normas complementares para o município.

Neste ano de 2015, o Conselho Municipal de Educação junto com uma equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial⁵ do município de Pinhais elaborou uma proposta do Plano Municipal de Educação – PME, a qual foi analisada e discutida em Conferência no Município por meio de grupos de trabalho e após alterações, o documento base foi aprovado na Câmara.

A questão de Gênero, ou como alguns grupos conservadores começaram a chamar de “ideologia de gênero”, suscitou muita discussão e polêmica, durante o processo de discussão do PME, tendo em vista que após uma pressão opôs a citação desta perspectiva no Plano de Educação por se colarem contrários ao respeito e políticas educacionais que considerem população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero - LGBT, como sujeitos que se fazem presentes na escola e são merecedores de respeito tanto quanto outros grupos. Com isso todas as referências ao termo gênero foram retiradas do texto, mas mantiveram a palavra Diversidade. Tal fato se deve ao que já vem sendo largamente discutido por pesquisadores e pesquisadoras que argumentam a necessidade de especificar o âmbito da diversidade para combater os preconceitos e discriminações existentes no ambiente da escola. Conforme Tatiana Consentino Rodrigues

“Sob o manto da diversidade, o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas é atravessado pela questão da tolerância, tão em voga, já que pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico. Além disso, a diversidade é a palavra-chave da possibilidade de ampliar o campo do capital, que penetra cada vez mais em subjetividades antes intactas.” (RODRIGUES, 2012, p. 5)

⁵ Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Município de Pinhais foi instituído em 22/08/2012 pelo Decreto nº 3065/2012, é instância de articulação e definição de políticas públicas, comprometido com a implementação da temática étnico-racial, de gênero, de religião e outros temas correlatos na área de educação e cultura no processo ensino e aprendizagem em toda rede pública e privada do Município de Pinhais.

Ou seja, o espectro do conceito de diversidade é muito amplo e por vezes, não dá sustentação a políticas inclusivas, por isso, foi aceito pelos setores mais conservadores, pois acreditam que ao retirar do texto o conceito de gênero e manter o de diversidade conseguirão eliminar ações valorativas em relação à população LGBT. É uma posição ingênua, pois desconsidera que estes grupos estão em luta continua para que a educação seja de fato para todos e todas. No entanto, o fato de terem conseguido retirar revela um momento de vitória do conservadorismo.

Embora importante situar este acontecimento, nosso trabalho fará referência somente às políticas educativas relativas à diversidade étnico-racial. Nesse sentido a seguir apresentaremos os caminhos metodológicos pelos quais buscamos apreender nosso objeto.

2.4 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Partindo do pressuposto de que a Coordenação Pedagógica tem papel importante na formação continuada em serviço para os docentes e o município de Pinhais possui um trabalho efetivo neste campo, nos colocamos o desafio de compreender se as ações realizadas pela Comissão da Diversidade do Município de Pinhais influenciam nas práticas formativas desenvolvidas pelas(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) junto aos educadores (as) dos CMEIS ao tratarem das relações étnico-raciais. Outros objetivos adicionais a pesquisa foram:

- Identificar as boas práticas e propostas educativas que envolvam a temática das relações étnico-raciais;
- Identificar se as ações da Comissão da Diversidade influenciam positivamente nas práticas formativas das(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os).

A Metodologia utilizada pautou-se em procedimentos da pesquisa qualitativa, tais como: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas semiestruturadas, pois Minayo (1994) ressalta que a importância da pesquisa científica como princípio educativo, passa por entendê-la como “a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade” (1994, p.17), por isso, fizemos a opção por realizar uma pesquisa de caráter

qualitativo por acreditar que, com essa abordagem, o objeto de estudo seria melhor compreendido em função do caráter exploratório, pois esta estratégia de investigação segundo Minayo:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, p.21-22)

Nas pesquisas qualitativas, o objetivo é o entendimento dos fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada por meio de coleta de dados, entrevistas, interpretações e análises, segundo Rauen (2006) essa modalidade de pesquisa busca compreender determinada realidade na perspectiva dos(as) participantes pesquisados.

Para a efetivação dos objetivos elencados na pesquisa, primeiramente, efetuamos um levantamento de teses e dissertações no banco da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetivando identificar as produções com a temática por meio de descritores como Coordenação Pedagógica, Diversidade, Étnico-raciais e Educação Infantil.

Em seguida, analisamos documentos produzidos pela Comissão da Diversidade no ano de 2014, tais como: planos de ação, relatórios e outros que foram identificados durante a busca dos materiais para pesquisa, também foi foco de análise os cronogramas de cursos, Seminários da Diversidade, *folders*, programações de curso e suas temáticas, a fim de observar se estas ações influenciaram positivamente nas práticas formativas dos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as), tanto na quantidade, quanto nas temáticas que envolveram este percurso.

Incluímos na análise documental da pesquisa documental, o material originado do questionário enviado pelo Ministério Público para os CMEIs do Município de Pinhais – PR, e o objetivo deste trabalho foi identificar as boas práticas e propostas educativas que envolvam a temática das relações étnico-raciais e verificar a influência do papel das(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) nestas ações.

Tomamos como parâmetros de boas práticas a pesquisa⁶ coordenada pela Dra. Nilma Lino Gomes realizada em 2012 publicada sob o título: “Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03”.

Com base nos documentos selecionamos duas instituições que apresentaram indícios de boas práticas, realizamos entrevista semiestruturada com as(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os), com o objetivo de levantar mais informações, percepções e opiniões acerca do desenvolvimento do fazer educativo voltado as questões da valorização da diversidade étnico-racial. Com isto, a intenção foi buscar pistas para a compreensão da concepção de educação que perpassa os discursos e as práticas nos CMEIS pesquisados e ainda qual tratamento pedagógico tem sido dado à temática em questão em função das formações realizada pela Comissão da Diversidade.

Optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, pelo fato dessas permitirem a entrevistadora esclarecer dados, ou seja, manter um diálogo com as entrevistadas e deixá-las livres para desenvolverem as questões da forma que desejarem. Moreira e Caleffe (2006) salientam também outras vantagens:

Ao usar a entrevista semiestruturada, é possível exercer certo tipo de controle sobre a conversação, embora se permita ao entrevistado alguma liberdade. Ela também oferece uma oportunidade para esclarecer qualquer tipo de resposta quando for necessário, e é mais fácil de ser analisada do que a entrevista não estruturada, mas não tão fácil quanto à entrevista estruturada. (MOREIRA e CALEFFE, 2006, p.167)

Quanto à análise e interpretação das informações coletadas nesta pesquisa foram fundamentadas em Bardin (2009), que define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas para comunicar, explorar documentos, identificando principais conceitos abordados em um determinado texto, prosseguindo com sistematizações e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens coletadas utilizadas nas práticas.

⁶ Pesquisa As práticas pedagógicas com as relações étnico-raciais nas escolas públicas: desafios e perspectivas, p.19, disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial_educaca-para-todos_36_miolo.pdf acesso em 30/07/2015

2.5 LOCALIZANDO O TEMA DA PESQUISA NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para tanto, em primeiro lugar procuramos verificar a existência de estudos sobre Coordenação Pedagógica nas práticas de formação referente às relações étnico-raciais na Educação Infantil, buscamos teses e dissertações disponíveis no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com datas de defesa desde 2010 até março de 2015⁷ e o nosso foco foi o material produzido na área de conhecimento em educação.

Para realização desta busca, utilizamos as seguintes palavras chaves: Coordenação Pedagógica e Diversidade. Primeiro buscamos somente trabalhos com a palavra Coordenação Pedagógica e constatamos que havia setenta e quatro títulos que faziam referência a palavra solicitada na área de educação e encontramos também mais dezoito pesquisas em outras áreas que citam em seus resumos a palavra Coordenação Pedagógica. Foi necessário ler os resumos das pesquisas relacionadas a área da educação, a fim de compreender a que se referia cada trabalho. Nestas leituras observamos que havia pesquisas em diversas temáticas e para melhor compreendê-las, organizamos a produção por categorias, considerando a repetição da mesma palavra-chave nos resumos. Outro aspecto da escolha por categorizar foram as temáticas semelhantes que se apresentavam nos textos lidos. Com isso chegamos ao seguinte quadro:

PALAVRA-CHAVE: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA ⁸						
PRÁTICAS	FORMAÇÃO	POLITICAS	AVALIAÇÃO	INCLUSÃO	DIVERSIDADE	TOTAL
33	19	9	2	5	6	74

Demonstramos no quadro acima que encontramos trinta e três trabalhos tratando sobre as práticas da Coordenação Pedagógica, pudemos observar trabalhos tratando do acompanhamento pedagógico dos alunos com

⁷ <http://bancodeteses.capes.gov.br/> acessado em 09/04/2015.

⁸ <http://bancodeteses.capes.gov.br/> acessado em 09/04/2015.

dificuldades de aprendizagem, bem como localizamos artigos que pontuam as práticas avaliativas, entre outras temáticas que se referem das práticas da Coordenação Pedagógica.

Quanto à formação, localizamos dezenove resultados que abordam o assunto da formação docente e da Coordenação Pedagógica, tanto na formação inicial como na formação em serviço, a exemplo de uma dissertação de mestrado da Pontifícia Universidade Católica - PUC Brasília: *A formação Continuada do Professor e a Contribuição do Coordenador Pedagógico: Uma reflexão sobre a prática*, de Simone Leal Souza Coite (2011), nesta pesquisa, a autora, estudou as contribuições da Coordenação Pedagógica no processo de formação continuada do professor em duas escolas da rede pública da Bahia, apontando que a formação em serviço é a base do trabalho pedagógico e processo contínuo de construção de conhecimento e identidade profissional.

Já pesquisas relacionadas às Políticas Públicas foram encontradas nove, sendo que uma delas nos chamou a atenção em função de relatar em seu resumo as boas práticas e os impactos positivos no desempenho dos alunos atingidos pelas ações da Coordenação Pedagógica, apresentada na dissertação de mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora intitulada: *As Ações de Gestão Escolar que Garantem o Sucesso na Implementação de uma Política Pública e Impactam no Desempenho dos Alunos: Experiências de Escolas Mineiras de Janua Caeli Gervasio Galvão (2012)*.

Identificamos dois trabalhos com a temática de avaliação, sendo que uma delas pesquisou a influência das práticas da Coordenação Pedagógica nas escolas municipais de Indaiatuba – São Paulo por ter obtido um alto desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2007 e a outra pesquisa tratando da avaliação da aprendizagem com professores de matemática.

Cinco pesquisas fizeram referência à inclusão, sendo que uma delas com estudo de caso de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Infantil, outro tratando de inclusão e permanência de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará. Percebemos uma preocupação com a temática da inclusão desde a Educação Infantil até a Universidade.

E por fim, foram encontradas seis pesquisas se referindo a Diversidade, tais como Diversidade de estratégias nas práticas de Coordenação Pedagógica, Diversidade de arranjos familiares, a Diversidade de perfis de alunos que ingressam no curso de Pedagogia, entre outros, no entanto nenhum trabalho aborda a temática das relações étnico-raciais.

Para avançarmos nas nossas buscas realizamos novamente outras pesquisas, desta vez utilizamos a palavra Coordenação Pedagógica associada à palavra Diversidade.

A nossa primeira constatação foi que os seis registros mapeados na primeira busca com a palavra Coordenação Pedagógica, reapareceram na busca associada à palavra Diversidade.

Iniciamos uma nova busca com as palavras Coordenação Pedagógica associada a Relações Étnico-raciais e a nossa constatação foi de que não há nenhum registro de pesquisa com estas palavras relacionadas.

Com o desejo de nos aproximarmos mais do tema de estudo, utilizamos as palavras Étnico-raciais associada a Educação Infantil, encontramos sete registros e cabe destacar que também fizemos a leitura dos resumos, categorizadas conforme quadro abaixo:

PALAVRAS CHAVES: ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL				
IDENTIDADE	LITERATURA INFANTIL	FORMAÇÃO PROFESSORES	APLICAÇÃO LEI 10639/09	TOTAL
3	1	2	1	7

Pudemos constatar que três trabalhos vêm pontuando a Identidade na Educação Infantil, a primeira dissertação de mestrado que nos aparece é da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o título: *De uma Chuva de Manga ao Funk de Lelê: Imagens da Afrodiáspora em uma Escola de Acarí* (2011), de Claudia Alexandre Queiroz, aborda a temática de padrão de beleza em uma escola municipal em que a representação do humano no espaço escolar é predominantemente eurocêntrico branco, embora os sujeitos, professores e alunos, na sua maioria fossem negros.

O segundo trabalho é uma tese de doutorado em Educação, especificamente em Psicologia da Educação da Pontifícia da Universidade

Católica (PUC) de São Paulo, *Identificação Étnico-racial na Voz de Crianças em Espaços de Educação Infantil* (2011), de Cristina Teodoro Trinidad, referindo-se a compreensão da identidade étnico-racial na idade pré-escolar e a forma que essa identificação é explicitada. O terceiro trabalho, também de doutorado em Educação, na Universidade Federal de Minas Gerais, cujo título é: *Professores em Movimento: Emergência do Associativismo Docente na Corte Imperial de Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos* (2011), refere-se a contribuição do currículo para nomear e produzir identidade na Educação Infantil.

A Literatura Infantil também foi tema de uma pesquisa encontrada que aborda a educação das relações étnico-raciais que teve como objetivo analisar a presença dos personagens negros nos livros de literatura infantil. Este trabalho é uma dissertação de mestrado em Educação na Universidade Federal do Paraná, nomeada: *Educação das Relações Étnico-raciais e Estratégias Ideológicas no Acervo do PNBE de 2008 para Educação Infantil* de Verediane Cintia de Souza de Oliveira (2011).

A formação de professores foi outro tema encontrado em duas pesquisas, uma delas foi dissertação de mestrado em Educação na Universidade Federal de São Carlos, *Percepções de Infância de Crianças Negras por Professoras de Educação Infantil*, de Ellen de Lima Souza (2012) revela que na formação, as professoras aprenderam técnicas de educar para as relações étnico-raciais, no entanto continuam tratando a infância de crianças negras de forma estereotipada e eurocentrada.

A outra pesquisa encontrada, também dissertação de mestrado em Educação na Universidade Estadual de Campinas, *De Docência e Militância: A Formação de Educadores Étnicos em um Programa da Secretaria Municipal de Educação de Campinas – 2003 a 2007*, Wilson Queiroz (2012), o autor a partir da própria experiência de trabalho em um programa da Secretaria Municipal de Campinas descreve as experiências de formação e de trabalho dos professores quanto à temática das relações étnico-raciais e a obrigatoriedade de ensinar a História e Cultura da África e Afro-Brasileira nas escolas, objetivando uma prática educativa de valorização da diversidade étnica.

E por fim, encontramos uma dissertação de mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, sobre *Cultura Afrocearense: Um Estudo sobre*

Africanidades, Educação e Currículo numa Escola Pública de Fortaleza de Leyla Beatriz de Sá Oliveira (2011). Este trabalho consiste na tentativa de provocar reflexões acerca da aplicação da Lei Federal LDB (alterada pelas Leis 10639/03 e 11.645/08) em uma escola pública municipal em Fortaleza, descreve aplicações de oficinas e atividades para os alunos, que culminam em mudanças significativas de valorização da História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

Após as buscas no banco de dados da Capes, com os descritores informados anteriormente, pudemos observar poucas pesquisas sobre a temática das relações raciais na educação infantil e a ausência de trabalhos que abordem as práticas de formação de Coordenadores(as) Pedagógicos(as) com foco em relações étnico-raciais na Educação Infantil, o que nos indica a importância de estudo sobre esta temática, visto que os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) são espaços de encontros das diversidades étnicas, de classe, gênero, entre outras, que envolvem várias características culturais, que são construídas e desconstruídas nas relações conflituosas de diferentes grupos sociais que se encontram e interagem. É neste solo fértil que queremos identificar as boas práticas de formação dos(as) Coordenadores(as) Pedagógicos(as) no que tange as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Neste trabalho, chamamos de boas práticas as ações que colaboram para a igualdade racial no espaço escolar, para tanto utilizamos como base a pesquisa: *As Práticas Pedagógicas com as Relações Étnico-raciais nas Escolas Públicas: Desafios e Perspectivas*, coordenada pela professora Nilma Lino Gomes (2012), que utilizou a fundamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Porém antes de adentrarmos especificamente nos dados, o próximo capítulo apresenta, primeiramente, como as políticas de educação para as relações étnico-raciais se situa no município de Pinhais.

3 CAPÍTULO 2 – A TEMÁTICA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO EM PINHAIS

3.1 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

As instituições de ensino do município de Pinhais assim como outros sistemas de educacionais em âmbito nacional a partir das ações de sujeitos sociais, dentre eles, o Movimento Negro, que Joel Rufino dos Santos define como:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros [...] Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo, assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como "clubes de negros"], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos "centros de pesquisa"] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1994, p.157)

Ou seja, a partir das ações destes movimentos sociais é que os estabelecimentos de educação são convocados a trabalhar na escola com as temáticas da História e Cultura Afro-brasileira e Africana por meio da Lei 10639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 com a inserção dos artigos 26 A, 79 A e 79 B, que inclui o tema no currículo das redes de ensino pública e privada.

Também em âmbito nacional, foi instituído pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana⁹, que o município precisa seguir.

Em 2007 com a criação do Plano de Ações Articuladas – PAR do governo Federal cujo objetivo, segundo o governo era a melhoria dos indicadores educacionais, disponibilizava auxílio na manutenção de programas para a educação básica, para tanto, o município respondeu um formulário que

⁹ Resolução CNE/CP nº1 de 17 de junho de 2004.

demonstrava a situação educacional naquele momento. Ao ser questionado quanto a existência de políticas de formação inicial e continuada dos professores com vistas ao cumprimento da LDB 9394/96 alterada pela Lei nº 10.639/03, avaliaram-no como “situação crítica de atendimento”, ou seja, não havia até então, um plano ou planejamento de formação naquela área.

Diante deste fato, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED a fim de criar ações e políticas que conseguisse dar conta de cumprir as determinações legais, em 2009, iniciou algumas formações continuadas para as(os) professoras(es) e educadoras(es)¹⁰ da rede municipal.

Somente em 2010, o Conselho Municipal de Educação por meio da Deliberação nº 01/2010 CME/CLN instituiu Normas Complementares para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, bem como, incluir no currículo a obrigatoriedade da temática. Contemplando também a Lei nº 11.645/08¹¹ que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

Destaca-se dentre as responsabilidades e atribuições previstas no Art. 5º inciso X da Deliberação nº01/2010 para o Sistema Municipal de Ensino, a instituição de Comissão Permanente da Diversidade ou Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI com intuito de garantir a concretização de políticas de formação e valorização dos profissionais da educação quanto a implementação da Lei nº 10.639/03. A Educação Infantil é uma etapa da educação básica que também está inserida no que preconiza a referida lei, é o que vamos discutir no próximo item.

¹⁰ No município de Pinhais as(os) professoras(es) atuam vinte horas semanais desde a Educação Infantil (3 a 5 anos) até o Ensino Fundamental nas Escolas e as(os) educadoras(es) atuam quarenta horas semanais somente com a Educação Infantil (0 a 5 anos) nos CMEIS.

¹¹ Alguns documentos referem-se à alteração da LDB no Art.26-A destacando a Lei 10.639/03 que trata da história e cultura africana e afro-brasileira, outros fazem menção ao mesmo artigo incorporando a Lei 11.645/08 que alterou o mesmo artigo incluindo a perspectiva dos povos indígenas como parte também do currículo escolar.

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Educação infantil, fase em que a criança aprende com maior agilidade e leva marcas desta faixa etária para a vida toda, portanto existe um reconhecimento de que as crianças são sujeitos ativos que tem como direito vivenciar momentos de educação e cuidados, conforme a LDB 9394/96:

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB 9394/96)

Neste contexto, o educador tem papel importante nos encaminhamentos pedagógicos e quando se fala em relações raciais, com muita constância, ouvimos destes pares que não existe casos de racismo com crianças tão pequenas e não é isso que as pesquisas (Dias, 1997 e Cavalleiro, 2001) apontam, pois, a realidade é de que muitas crianças negras deixam de receber afeto, são discriminadas pelo seu fenótipo, entre outros enfrentamentos por conta do preconceito.

São por estes fatos que precisamos nos atentar para proteger a criança negra pequena rompendo práticas racistas, ou de silenciamento diante desses acontecimentos ou seja, é o que Lucimar Rosa Dias (2007) quando em sua tese de doutorado, indica que a educação de crianças pequenas requer atenção do educador em todos os momentos, a fim de identificar um pedido de socorro, ainda que não explícito, podendo ser o olhar de uma menina negra ou um xingamento racista no recreio, entre tantos acontecimentos que ocorrem no meio escolar.

O artigo 26-A da LDB 9394/96 deve ser considerado tanto na escola como nos CMEIs, embora os sistemas educacionais não instituam políticas efetivas para o cumprimento desta norma o que faz com que sua aplicação, conte muitas vezes com a boa vontade das professoras(es)/educadoras(es) que conforme Gomes (2012, p.104) “[...] Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos”, dificultando o trabalho pedagógico.

Esta alteração na LDB, significa incluir as africanidades e as culturas indígenas no currículo escolar, o que requer estudo e reflexão das(os) professoras(es)/educadoras(es), com o intuito de colaborar na construção do saber de uma criança que constitui uma sociedade mais justa, igualitária e menos racista, de acordo com Nilma Gomes (2008) colocar a temática no currículo é a possibilidade da mudança do olhar sobre a diversidade:

[...] Muito mais do que um conteúdo curricular, a inserção da discussão sobre a África e questão do negro, no Brasil, nas escolas de educação básica têm como objetivo promover o debate, fazer circular a informação, possibilitar análises políticas, construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade. (GOMES, 2008 a, p. 81).

E conforme Tânia Pacífico (2008, p.562):

Tal proposição pode ser considerada como uma possibilidade de avanços no âmbito educacional e cultural e, portanto, uma possibilidade, também, de mudanças em práticas sociais humana, e reconhecimento que os negros proporcionaram à formação do povo brasileiro.

Para a efetivação da Lei, cabe a(o) professora(r)/educadora(or) combater o racismo e atitudes preconceituosas identificadas no âmbito escolar, para tanto é importante que participe de formações que conforme Pacífico (2008, p.569) “esses cursos, palestras, devem subsidiar as aulas dos professores, para que possam respeitar e valorizar as tradições e culturas africanas”.

As capacitações para as(os) professoras(es)/educadoras(es), portanto significam a ampliação de conhecimentos e com isto a possibilidade da quebra do silenciamento, objetivando o combate ao racismo e os preconceitos. Nesta perspectiva, Lima e Veronese (2011) enfatizam que:

É importante frisar que a educação para igualdade racial é um desafio para os sistemas de ensino de todo o país e que o estudo da temática racial é imprescindível para romper com as imagens depreciativas e errôneas dos grupos sociais negros e outras minorias étnicas. Essas mudanças são significativas para o cotidiano de crianças e adolescentes negros que poderão ser reconhecidos enquanto tais, sem rótulos, sem discriminações. Ações concretas no combate ao racismo e à discriminação são urgentes, principalmente porque o campo educacional visa a proteger e resguardar os direitos de crianças e adolescentes negros, assim como de outros grupos étnicos. (LIMA, VERONESE, 2011, p. 242).

As formações com a temática das Relações Étnico-Raciais no município de Pinhais são ofertadas pela Comissão da Diversidade, órgão que compõe a estrutura da Secretaria de Educação e que é objeto desta pesquisa no que tange as formações dirigidas para as(os) coordenadoras(es) pedagógicas(os), é sobre este órgão que iremos abordar a seguir.

3.3 COMISSÃO PERMANENTE DA DIVERSIDADE DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

Para tratarmos da Comissão Permanente da Diversidade situaremos os documentos normatizadores que tratam da inclusão da perspectiva das relações étnico-raciais na educação básica.

O primeiro deles é já extensamente citado é a própria LDB, em função de sua alteração por meio da Lei 10.639 em 2003 outras decorrências legais aconteceram.

Em 2004 o Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes Curriculares com o Parecer CNE/CP nº03/2004, aqui é que a educação infantil entra com mais clareza como também uma etapa que deve considerar em seu currículo a (re)educação das relações étnico-raciais.

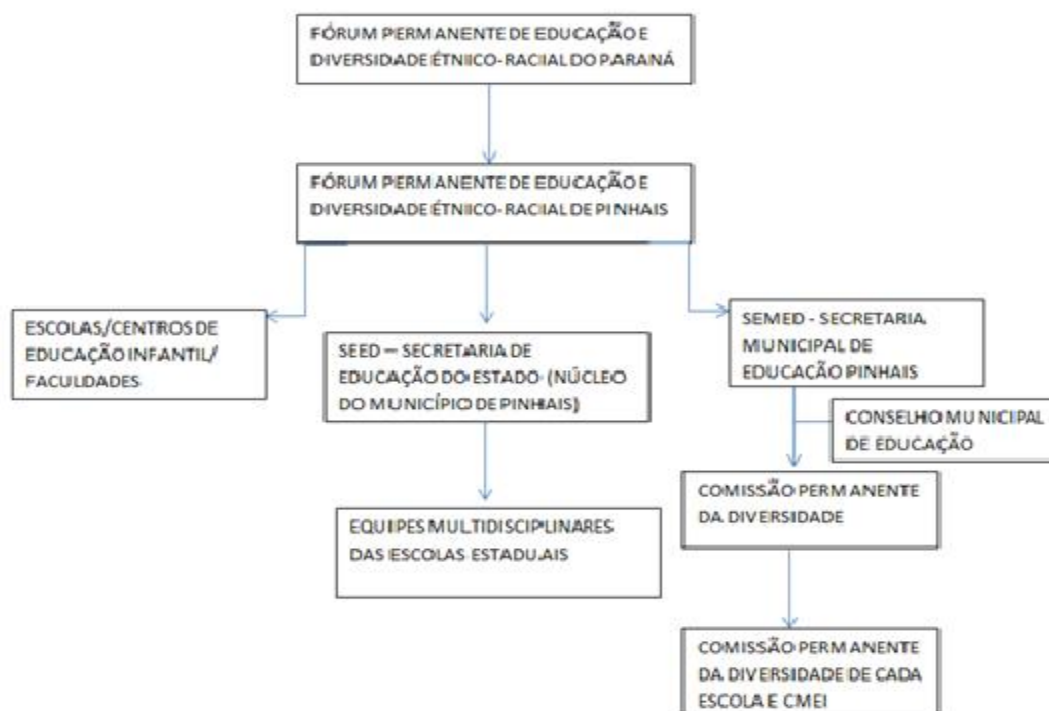
Além deste importante documento que orienta nacionalmente o tema, aqui no estado do Paraná, foi lançada a Deliberação nº04/2006 que tem força de lei na qual prevê normas complementares as citadas Diretrizes, nela que indica a criação das Comissões Permanentes da Diversidade em níveis municipais.

Como decorrência desta normatização nacional e estadual também o município de Pinhais por meio do Conselho Municipal institui a Deliberação nº 01/2010 que além de prever as normas complementares para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática. Este documento tem importância para este estudo em função de que institui a necessidade de um plano de formação continuada de forma sistêmica e regular. Tanto a Deliberação nº 01/2010 como a Instrução Normativa nº

001/2011, ambas normatizam as competências da Secretaria Municipal de Educação e criam em âmbito municipal a Comissão Permanente da Diversidade.

Por meio da Resolução nº 035/2011 a Secretaria Municipal de Educação designou servidores para constituírem a Comissão Permanente da Diversidade para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Esta comissão tem a coordenação geral sediada na Secretaria de Educação do município e integrantes com representatividade em 43 Unidades de Ensino no município de Pinhais, sendo 22 em escolas e 21 nos Centros de Educação Infantil.

Para melhor compreensão das instâncias que tratam da temática das relações étnico-raciais no município de Pinhais, abaixo descrevemos em organograma:



Em cada instituição escolar, a Comissão é formada pela(o) Coordenadora(or) Pedagógica(o), um(a) Professor(a), um(a) educador(a) e um familiar de aluno, para compor esta equipe, automaticamente a Coordenação Pedagógica ocupará o cargo de Coordenador(a) da Comissão Permanente da Diversidade da instituição local, convidando em seguida os demais membros

que poderá ter um ou mais professores(as) e/ou educadores(as), bem como familiares de alunos.

Conforme a Deliberação n.º 01/2010 do Conselho Municipal de Educação de Pinhais, a coordenação da Comissão Permanente da Diversidade deverá gerar relatórios anuais a partir do levantamento de dados das unidades escolares a respeito das ações implementadas referente a (Re)Educação das Relações Étnico-raciais, para tanto, é solicitado a cada unidade escolar no final do ano registros dos trabalhos realizados: um relatório que responda a um questionário(anexo) enviado pela Comissão, Planos de Trabalho, Planejamento de aulas, projetos, fotos, atividades, textos ou referências literárias, a fim de comprovar a efetivação do trabalho.

Segundo relato da coordenadora da Comissão, Solange Penna, é preciso insistência para que todas as instituições escolares façam a entrega do relatório anual, sendo que algumas apresentam material incipiente o que leva a indicação de que precisa de um novo direcionamento.

Além das solicitações de relatório das atividades a Comissão também realiza ações formativas que tiveram início logo depois da sua instituição, em 2011, ano no qual também houve a inclusão da diversidade como um dos Princípios Norteadores da Proposta Pedagógica Curricular do município.

“A formação de professores/educadores vem assumindo posição de destaque nas discussões relativas as políticas públicas. É uma preocupação que se evidencia nas reformas que vem sendo implementadas na política de formação docente, bem como nas investigações e publicações da área e nos debates acerca da formação inicial e continuada dos professores/educadores”.

“A ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade”. (PROPOSTA CURRICULAR EDUCAÇÃO INFANTIL DE PINHAIS, 2013, P.31-32)

Todos os registros citados acima, solicitados pela Comissão Permanente da Diversidade para as unidades educacionais são arquivados em pastas anuais por meio de arquivo eletrônico e que trataremos em maiores detalhes na análise dados destes registros no capítulo 4.

Sempre que solicitado, estes registros também são disponibilizados para o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Município de Pinhais com o objetivo de avaliar, propor e acompanhar as políticas de

formações da rede municipal. A seguir iremos explicar como foi instituído e de que forma atua o Fórum.

3.4 FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DO MUNICÍPIO DE PINHAIS

Para contextualizar a história do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Município de Pinhais, precisamos contar que em 2010, Pinhais foi sede do VIII Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-raciais do Estado do Paraná¹², com participação de profissionais de educação e da sociedade civil, nesta ocasião houve a proposição de criação do FPEDER - Pinhais.

Após algumas reuniões para a discussão e criação do Fórum Municipal, foi definido que seguindo o mesmo formato do Fórum Permanente de Educação e Diversidade do Estado do Paraná, foi instituído pelo Decreto nº 3065/2012 o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Município de Pinhais, como instância de articulação e definição de políticas públicas, com o compromisso de acompanhar o processo de implementação da Lei 10.639/03 que altera a LDB 9394/96 nos sistemas de ensino do Município.

A partir do Decreto, foi feita a convocatória de uma audiência pública, chamando Movimentos e organizações sociais (Movimento Negro, Associações de pais e mães, Professores(as), Conselhos, Sindicatos, entre outros) para a constituição do colegiado, é formado por membros titulares e suplentes, desde que sejam designados por plenária, demonstram interesse na composição e em seguida são escolhidos por voto público, suas atividades ocorrem sem remuneração e tem dois anos de mandato. Os membros que organizam reuniões ordinárias mensalmente e extraordinárias quando existe a necessidade. A composição do colegiado 2014/2015 é:

¹² FPEDER – Paraná – criado em 2004 com os objetivos de acompanhar, propor e debater políticas públicas para a Educação das Relações Étnico-Raciais de Diversidade, pesquisar e orientar para o adequado tratamento da educação das relações raciais; e implementação das leis que tratam da educação para a diversidade, garantindo que haja mais equidade na distribuição e aplicação de recursos públicos.

Comissão Executiva:

Coordenadora Adriana Cristina Zielinski do Nascimento (Representante de Religião de Matriz Africana – Umbanda)

Vice Coordenador Geovane Santos da Silva (Representando do Sindicato de Pinhais)

Suplente: Salette Silveira Azevedo (Representando do Ensino Superior)

Secretaria: Ana Paula dos Santos da Silva (Representante dos(as) Educadores(as) da Rede Municipal)

Comissão de Comunicação e Articulação:

Gisele Luiza Brito dos Santos Cassano (Representante do Centro de Referência dos Direitos Humanos - Advogada)

Eunice Angela Rosa Rufino (Representante da AMMA – Associação das Mulheres e Meio ambiente)

Maura Honorato (Representante das Mulheres Negras)

Queila Abigail da Luiz (Representante do Centro de Referência dos Direitos Humanos – Psicóloga)

Comissão de Estudos e Pesquisas:

Olinda de Cássia Curupaná (Representante de Comunidade Indígena)

Joselaine Gomes de Oliveira Rocksedle Braga (Representante das Coordenações Pedagógicas)

Comissão Pedagógica:

Nilma dos Santos (Representante das Coordenações Pedagógicas)

Beatriz Ferreira Lemos (Representante das Coordenações Pedagógicas)

Roselene Maria Aparecida Michaloski (Representante da Organização Espírita Fonte Viva)

Comissão de Ouvidoria: Adriana Cristina Zielinski do Nascimento

Quanto à representatividade, atualmente conta com a Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, Secretaria Estadual de Educação, FAPI – Faculdade de Pinhais, AMMA – Associação das Mulheres e Meio Ambiente, Centro de Referência dos Direitos Humanos, Ministério Público, Conselho Municipal de Educação de Pinhais, Sindicato dos Professores de Pinhais, Instituições de Ensino Público e Particular, Organização Espírita Fonte Viva e Representante de Religião de Matriz Africana Umbanda, este grupo junto com

o colegiado tem como um dos objetivos aumentar o grupo de representação e discussão, a fim de que os sujeitos tenham maior apoio nas suas demandas.

O Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Município de Pinhais – FPEDER-Pinhais é uma rede que tem suas ações voltadas para a busca da construção e manutenção permanente de alternativas, é um espaço aberto para as discussões e reflexões, com propostas de colaborem para o combate do racismo, sexismo, homofobia e desrespeito com as religiões de matriz africana, além do respeito as comunidades tradicionais e do meio ambiente.

É uma instituição de abrangência municipal com reconhecimento nacional pelo MEC/SECADI, pois suas ações estão ancoradas no Parecer nº 03/2004, da Conselheira e Relatora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, encontra respaldo também na deliberação de nº 001/2010, da Câmara de legislação e Normas do Conselho Municipal de Ensino de Pinhais.

Outro fator importante da atuação do Fórum é de propor e acompanhar a política de formação continuada de profissionais da educação, visando assegurar a implementação dos conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Atualmente, como foi apresentado, o Fórum da Diversidade Étnico-racial do Município de Pinhais, está sob minha coordenação e consideramos este espaço uma conquista dos Movimentos e organizações sociais, pois ele é importante no processo de democratização dos direitos humanos. A criação deste não pode ser considerada como um fim em si mesmo e nem como uma solução única para todos os problemas de desigualdade e exclusão nesta sociedade, mas é um ponto de partida para se pensar o enfrentamento das desigualdades associadas à exclusão e discriminação por raça, cor, etnia, origem, gênero e religião.

O Fórum tem atuado nas instituições escolares públicas e privadas a fim de identificar as necessidades de trabalho em relação ao tema para organizar os cursos de formações de acordo com as expectativas dos profissionais da rede.

Promove também troca de experiências entre os pares e tem feito assessoria com as coordenações pedagógicas, professoras(es) e

educadoras(es) para acompanhar, propor, subsidiar, avaliar e discutir as práticas das instituições educativas e a implementação das legislações para a Educação da Diversidade e das Relações Étnico-raciais no currículo escolar de todos os níveis e modalidades do ensino da Educação Básica ao Ensino Superior do município.

Um dos itens da competência do Fórum é propor ações, a partir de discussões e participações do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras, no entanto, há poucas instituições representantes destes dois segmentos em âmbito municipal, pois Pinhais é um município jovem de apenas vinte e três anos e com movimentos em processo de formação. O colegiado do FPEDER - Pinhais está estimulando a constituição de grupos da juventude negra e de mulheres negras que como já dissemos são espaços que compõe o Movimento Negro organizado, do qual trataremos no próximo tópico

3.5 MOVIMENTO NEGRO EM PINHAIS

Para tratar do Movimento Negro em Pinhas é importante trazermos algumas informações sobre este ator social.

As pesquisas tem demonstrado que as mobilizações e resistência do povo negro aconteceram antes mesmo de entrarem no navio negreiro e continuaram após a abolição da escravização, tinham como principal objetivo libertar os negros, como as fugas para os quilombos e as revoltas que aconteciam.

Dentre as principais revoltas negras existiu: a Revolta dos Alfaiates ou Inconfidência Baiana; Revolta dos Malês e Revolta da Chibata, outros movimentos negros surgiram como a Frente Negra Brasileira, de 1930 em São Paulo.

Nomes como o de Abdias do Nascimento que teve grande importância na luta histórica dos negros no Brasil, um ativista do movimento negro, deputado, secretário estadual e senador, além de ator e escultor, representa o grau de organização da população negra em luta contra a opressão do racismo. Ele produziu obras, dentre elas, a pintura, o teatro, para evidenciar o combate à discriminação racial. Fundou O Teatro Experimental do Negro (TEN)

em 1940. Também criado no mesmo ano, o Comitê Democrático Afro-brasileiro com o mesmo objetivo de combater o racismo.

Muitos movimentos e debates foram acontecendo, até que em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), no dia 21 de março, sendo este o dia marcado para a celebração mundial do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Esta Secretaria foi extinta com a reforma ministerial pela Presidente Dilma Rousseff, neste ano, para tentar conter a crise política, a ministra Nilma Lino Gomes é a nova titular do Ministério da Cidadania, que reunirá as Secretarias das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Em Pinhais, não foi possível durante a pesquisa identificar instituições do Movimento Negro que possuam características que possam ser incluídas neste escopo. No entanto, há pessoas que atuam as vezes de forma quase solitária em prol das políticas de igualdade racial como Valdecir Ramão, Solange Penna, Ivone Carvalho dos Santos. Vale ressaltar que a ausência de instituições do Movimento Negro, não tem impedido algumas ações, como encontros eventuais de Educadores Negros, porém há mais de dois anos não se reúnem para o debate e encaminhamentos.

O FPEDER – Pinhais tem atuado nesta tentativa de cada vez mais reunir os grupos a fim de prosseguir no processo antirracismo e ouvir os sujeitos com suas demandas, pois acreditamos que o estado e município precisam continuar implementando políticas públicas efetivas enquanto que o Movimento Negro organizado deve propor, sugerir e monitorar.

Outra questão importante que o FPEDER – Pinhais defende é a formação continuada, mesmo sem poder afirmar que, com isto poderá solucionar todos os problemas da educação, mas porque acreditamos que as formações são ferramentas que sustentam os encaminhamentos pedagógicos que colaboram no rompimento de práticas racistas, sobre as quais trataremos no terceiro capítulo analisando os dados com as ações realizadas pela Comissão Permanente da Diversidade do Município de Pinhais e se estas influenciam nas práticas formativas desenvolvidas pelos Coordenadores Pedagógicos junto aos educadores (as) dos CMEIS ao tratarem das relações étnico-raciais.

4 CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, pautados por procedimentos da pesquisa qualitativa, faremos a análise e interpretação dos dados da pesquisa fundamentadas em Bardin (2009), vinculado ao referencial teórico utilizado neste percurso, utilizaremos como base de análise: documentos da Comissão Permanente da Diversidade, como cronogramas de cursos, palestras e seminários, questionário com as coordenações pedagógicas dos CMEIS e entrevista semiestruturada com a Coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade, o que segue em tópicos a seguir:

4.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA COMISSÃO PERMANENTE DA DIVERSIDADE

O acesso a documentação em relação as formações, foi por meio de pedido verbal para a coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade e não tivemos nenhum obstáculo para acessar estes materiais.

A primeira busca foi pelas informações do ano de 2011, início da Comissão Permanente da Diversidade, especificamente as ações de formação. Localizamos cinco encontros de formação para os integrantes da Comissão Permanente da Diversidade, sendo que o primeiro encontro, ministrado pela Coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade, Solange Penna, foi nomeado como Reunião da Diversidade e nele se apresentaram as Leis 10639/03 e 11645/08, que alteram a LDB 9394/96.

O segundo encontro contou com a presença do coordenador do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Paraná, Nivaldo Arruda Paulo Borges, que abordou “As relações étnico-raciais e religiosidade no ambiente escolar”.

O terceiro encontro de formação, novamente com a Coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade, nomeado “Aprender Lidar com as Diferenças”, trabalhou sobre gênero.

O quarto e quinto encontros com a nomenclatura de “Relações Étnico-raciais” novamente trabalhando aspectos sobre a alteração da LDB 9394/96 e de que forma implementar nas escolas e CMEIS a demanda, contou com a

presença do Coordenador do Fórum Estadual como palestrante, sendo que todos os encontros foram de quatro horas de abordagem com a participação de todas as(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) em todos os encontros, iniciando em agosto acontecendo um encontro por mês.

Em 2012, houve um crescimento significativo de cinco encontros em 2011 para dez encontros de formação continuada neste ano. Os cursos estão dispostos conforme quadro detalhado abaixo:

Data	Curso	Palestrante	Participantes
29/03/2012	Relações Étnico-Raciais	Paulo Borges	38
29/02/2012	Arqueologia da África	Paulo Borges	40
15/03/2012	Diversidade	Paulo Borges	35
12/04/2012	Relações Étnico-Raciais	Paulo Borges	27
13/06/2012	Literatura Afro-Brasileira	Cleber Fabiano da Silva	46
26/06/2012	Literatura Afro-Brasileira	Cleber Fabiano da Silva	44
02/07/2012	Literatura Afro-Brasileira	Cleber Fabiano da Silva	35
27/08/2012	As relações étnico-raciais na proposta	Comissão da Diversidade	34
25/09/2012	Comissão da Diversidade	Comissão da Diversidade	35
22/10/2012	Matemática e a África	Luciana Dal Degan	32
03/12/2012	Trocas de Experiências Diversidade Professores(as)/Educadoras(es)	Professoras(es)/Educadoras(es)	22

Todas as formações do quadro acima foram no formato de duas horas de palestras e duas horas de oficina, exceto a última formação que foi troca de experiências quando cada unidade apresentou uma atividade com relação a temática. Não foi possível identificar nos registros as ementas ou objetivos de formação, bem como não foi disponibilizado se houve remuneração para os ministrantes.

Em 2013, a Comissão da Diversidade ofereceu cinco encontros de formação no decorrer do ano conforme demonstração no quadro abaixo:

Data	Curso	Palestrante	Participantes
14/06/2013	Aprendendo com a temática afro	Célia Regina Vítório	28
22/04/2013	Implementação das leis 10639/03 e 11645/08	Célia Regina Vítório	25
13/08/2013	Implementação das leis 10639/03 e 11645/08	Solange Penna	16
10/09/2013	Implementação das leis 10639/03 e 11645/08	Solange Penna	18
10/12/2013	Troca de experiências - Diversidade	Célia Regina Tokarski	21

As temáticas foram relacionadas a Implementação das Leis 10639/03 e 11645/08. Ocorreu que dois momentos da formação (nos meses de agosto e setembro) foram marcados outros cursos com datas e horários coincidentes e a maioria dos componentes da Comissão optou pelos cursos não relacionados com o tema. Diante deste contexto algumas indagações em relação a prioridade dada ao tema pela política da secretaria podem ser feitas, uma diz respeito a quantidade de ofertas de formações, ano que constatamos ter sido reduzida 50% em relação ao ano anterior, e a outra agenda de formações distintas no mesmo período. Isso nos mobilizou pensar que estão presentes estratégias de esvaziamento da discussão sobre o tema o que talvez pudéssemos compreender por meio do chamado racismo institucional que conforme Wieviorka (2007) “permite, no limite, dissociar o racismo em atos de intenções ou da consciência de alguns autores”(p.29).

E segundo Munanga (2008):

Quando falamos em discriminação étnico-racial nas escolas, certamente estamos falando de práticas discriminatórias, preconceituosas, que envolvem um universo composto de relações raciais pessoais entre os estudantes, professores, direção da escola, mas também o forte racismo repassado pelos livros didáticos. Não nos esqueçamos, ainda, do racismo institucional, refletido nas políticas educacionais que afetam negativamente o negro. (MUNANGA, 2008, p. 46)

Para esta pesquisa nos deteremos com maior intensidade nos dados de 2014, que na busca encontramos nos registros de formação somente o nome do curso, período de realização, carga horária, nome dos ministrantes e quantidade de participantes, não existe registro quanto aos conteúdos ou ementa de curso, o que não nos possibilita discutir com maior profundidade a abordagem e o que incide nas práticas com as crianças.

Conforme demonstraremos no quadro a seguir, no decorrer de 2014 houve cinco encontros de formação para os integrantes da Comissão, sendo quatro com a temática da Implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 e um sobre gênero e sexualidade, sendo que todas as formações foram organizadas no formato de palestras, cada uma com carga horária de quatro horas.

Data	Curso	Palestrante	Participantes
16/04/2014	Educação Étnico-racial	Nilo Silva Pereira Neto	33
30/04/2014	Ritmo Afro-brasileiro e Teatro	Nelson Sebastião	19
25/06/2014	Diversidade-Educação e Resistência	Silvia Lemes	24
15/09/2014	Gênero e Sexualidade	Clovis Wanzinack/ Marcos Claudio	40
26/11/2014	Diversidade: Implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 (Possibilidades das práticas)	Nilo Silva Pereira Neto /Nelson Sebastião/Silvia Lemes	7

O que nos chamou a atenção é a temática abordada na formação do dia 26/11/2014, que vem tratando da implementação das Leis 10639/03 e 11645/08, com as possibilidades das práticas em sala de aula e que somente sete pessoas participaram. Na tentativa de identificar os motivos que levaram poucos participantes, pensamos na hipótese de outro curso no mesmo dia e analisando os cronograma geral de cursos da Secretaria de Educação de Pinhais de 2014, constatamos de que as ações formativas estão sendo planejadas sem as devidas prioridades, pois no mesmo dia houve convite para outros cursos, sendo que um deles é a Jornada Pedagógica em que todas(os) coordenadoras(es) pedagógicas(os) foram convocados, outra formação intitulada Compartilhando Experiências no Ensino Religioso, que as professoras, acompanhadas da Coordenação Pedagógica deveriam apresentar suas experiências mais significativas, observamos que o índice de presença neste foi de dezessete pessoas, número maior do que na formação da Comissão Permanente da Diversidade.

Fato que nos dá algumas hipóteses de reflexão: a falta de comunicação interna em relação às datas escolhidas, falta de interesse pela temática da educação para as relações étnico-raciais ou racismo institucional, que neste caso acreditamos pelas atitudes e comportamentos que demonstram a falta de atenção nas escolhas das datas para a formação que trata da educação para as relações étnico-raciais, colocando o grupo em desvantagem pela importância oferecida a outro curso, ou seja, de forma deliberada ou não instituiu-se no interior da Secretaria uma disputa pela formação continuada das(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os).

Não podemos afirmar, mas vale refletir que o Racismo Institucional, pode ser a explicação para esse tipo de ocorrência. De acordo com o documento Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional¹³ que explica:

Trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica.(GUIA DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO INSTITUCIONAL, 2013, p.11)

Estas formações são para os membros da Comissão Permanente da Diversidade de cada unidade. Quanto ao número de participantes, vale ressaltar que cada unidade educacional tem no mínimo dois representantes da Comissão, sendo automaticamente a Coordenação Pedagógica e um(a) professor(a)/educador(a), portanto se todos os representantes viessem para a formação, daria em média em cada curso, oitenta e seis pessoas, levando em consideração que são quarenta e três unidades educacionais entre escolas e CMEIS.

Os cursos ofertados pela Comissão da Diversidade são divulgados por meio de convites via endereço eletrônico encaminhados para as(os) diretoras(es) das unidades educacionais, ficando a cargo destas(es) a divulgação e a sensibilização da necessidade da formação para sua equipe.

A cada ano, desde 2012, a Comissão Permanente da Diversidade em parceria com a Universidade Federal do Paraná, Campus Litoral e o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Município de Pinhais promove um evento abordando temáticas para discussão aprofundada em formato de Seminário.

O I Seminário ocorreu em 2012, com um dia de evento com quatro palestras, sendo uma que tratava “Do Escravismo Religioso às Políticas de Ações Afirmativas” com Celso José dos Santos¹⁴, outra palestra apresentada foi “Temática Indígena na Sala de Aula” com Paulo Porto¹⁵, as outras duas

¹³ Guia de Enfrentamento do Racismo Institucional disponível no link:

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf> Acessado em 21/10/2015

¹⁴ Celso José dos Santos – Mestrando em Educação, Advogado, Militante do Movimento Negro, Membro da Cadara/MEC e do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial do Paraná.

¹⁵ Paulo Humberto Porto Borges – Doutor em Educação, trabalha como indigenista desde 1990.

palestras eram “Religiões de Matriz Africana” com Gerson Machado¹⁶ e “Islã, Gênero e a Imagem da Mulher” com Mônica Nasser¹⁷ do Mundo Árabe de Foz do Iguaçu.

O II Seminário, em 2013, com a temática geral “A Diferença de Sermos Iguais com Foco nas Questões Étnico-raciais”, foram dois dias de palestras, conforme os temas a seguir: “Africanidades Paranaenses” com Marcilene Garcia de Souza¹⁸, “Diversidade Cultural e Religiosa” com Carolina do Rocio Nizer¹⁹, “O Direito de Sermos Iguais” com Dinéia Urbanek²⁰, “O Indígena na Sala de Aula” com Paulo Porto, “O Negro no Século XXI” com Luislinda Valois²¹.

O III Seminário, em 2014, também com dois dias de palestras, contou com Carlos Moore²² com o tema “Racismo e Sociedade”, além das seguintes palestras: “A Arte pela Diversidade” com Maurício Pestana²³, “Homossexualidade e Educação Sexual” com Mary Neide Figueiró²⁴, temáticas que estavam dentro do tema geral “Diversidade e Direitos Humanos no Contexto de Sociabilidade e Políticas Públicas Educacionais”.

O IV Seminário da Diversidade programado para acontecer nos dias quatro a seis de novembro de 2015 terá como título: “Novos Olhares à Diversidade Humana e Cultural”, e contará com dez palestras ao longo destes três dias, Comunicações Orais e uma Mesa Redonda com a temática Diversidade Religiosa, com uma média de nove líderes religiosos de diferentes vertentes. A previsão é de que ocorrerá conforme o cronograma a seguir:

¹⁶ Gerson Machado – Doutor em História, especialista cultural do Museu de Sambaqui de Joinville.

¹⁷ Mônica Nasser Dornelles – Jornalista do Programa Mundo Árabe de Foz do Iguaçu, especialista em Geopolítica e Relações Internacionais.

¹⁸ Marcilene Garcia de Souza - Doutora em Sociologia, pesquisadora sobre Relações raciais no Brasil.

¹⁹ Carolina do Rocio Nizer – Licenciada em História, Psicopedagoga, atua na formação de Ensino Religioso do Estado do Paraná.

²⁰ Dinéia Urbanek – Pedagoga – Diretora da Escola da Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional.

²¹ Luislinda Dias de Valois Santos – Primeira Juíza Negra, autora da primeira sentença de condenação por racismo no país em 1993, em 2009 publicou o livro O Negro no Século XXI.

²² Carlos Moore – Escritor cubano, pesquisador e cientista social dedicado ao registro da história e da cultura negra.

²³ Maurício Nartins Pestana - Bacharel licenciado em História, Especialista em Marketing e Gestão de Organizações Sociais.

²⁴ Mary Neide Damico Figueiró – Mestre em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano e Doutora em Educação, Especialista em Educação Sexual.

04/11/2015 – QUARTA FEIRA		
LOCAL	NOITE	HORÁRIO
AUDITÓRIO 1 CENFORPE	CREDENCIAMENTO	17h - 18h
	CERIMONIAL DE ABERTURA	18h - 19h
	PALESTRA: INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO - REFLEXÕES SOBRE DISCRIMINAÇÃO E RACISMO PALESTRANTE: DORA LÚCIA DE LIMA BERTÚLIO - PROCURADORA GERAL FUNDAÇÃO PALMARES – DF	19h - 22h
05/11/2015 – QUINTA FEIRA		
LOCAL	MANHÃ	HORÁRIO
AUDITÓRIO 1 CENFORPE	PALESTRA: CULTURA AFRO-BRASILEIRA COMO CONSTITUINTE E FORMADORA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PALESTRANTE: LUIZ CARLOS PAIXÃO DA ROCHA - NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIROS – UFPR	8h –10h
	10h - 10h15min – INTERVALO	
	APRESENTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES ORAIS	10h – 12h
	TARDE	HORÁRIO
	MESA REDONDA	13h - 15h
	15h – 15h15min – INTERVALO	
	MESA REDONDA – CONTINUAÇÃO	15h15min - 17h
06/11/2015 – SEXTA FEIRA		
LOCAL	MANHÃ	HORÁRIO
AUDITÓRIO 1 CENFORPE	PALESTRA: GÊNERO E DIVERSIDADE: INTERFACES COM EDUCAÇÃO PALESTRANTE: MARCOS CLAUDIO SIGMORELLI e BRENDA FERRARI - UFPR LITORAL	8h –10h
	10h - 10h15min – INTERVALO	
	PALESTRA: REFLETINDO GÊNERO NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DE REPENSAR CONCEITOS E PRÉ-CONCEITOS PALESTRANTE: CLOVIS WANZINACK - UFPR LITORAL	10h15min - 12h
AUDITÓRIO 2 SEMED	PALESTRA: O SAGRADO FEMININO PALESTRANTE: EMERLY SCHLOGL - ASSINTEC – PR	8h –10h
	10h - 10h15min – INTERVALO	
	PALESTRA: DANÇA SAGRADA INDIANA PALESTRANTE: Pe JOACHIM ANDRADE – PR	10h15min – 12h
AUDITÓRIO 3 CURSINHO	PALESTRA: O SAGRADO NO ENSINO RELIGIOSO PALESTRANTE: VALMIR BIACA - ASSINTEC – PR	8h –10h
	10h - 10h15min – INTERVALO	
	PALESTRA: CULTURA E RELIGIOSIDADE INDÍGENA PALESTRANTE: BRÍGIDA KARINA LIECHOCKI NOGUEIRA DA SILVA - ASSINTEC – PR	10h15min - 12h
LOCAL	TARDE	HORÁRIO
AUDITÓRIO 1 CENFORPE	PALESTRA: TENDÊNCIAS DA ÉTICA CONTEMPORÂNEA PALESTRANTE: DOMENICO COSTELA - UFPR	13h - 15h
	15h – 15h15min – INTERVALO	
	PALESTRA: CORPOPULAR - BRINCADEIRAS E DANÇAS DA CULTURA POPULAR BRASILEIRA PALESTRANTE: LEANDRO MEDINA - SÃO PAULO	15h15min - 17h

Acreditamos que pelas temáticas abordadas, pela escolha dos palestrantes e pela certificação da UFPR Campus Litoral, que os eventos abrangem assuntos que levam a reflexões e discussões importantes para a atuação dos profissionais da área de educação.

As inscrições também são por meio eletrônico e de forma gratuita, para profissionais da educação e outros profissionais, sendo ou não da rede municipal, o participante poderá inserir-se como ouvinte ou para apresentação de trabalhos nas comunicações orais, vale ressaltar que a Secretaria de Educação de Pinhais estipula um número de vagas para cada instituição escolar municipal a fim de que não prejudique o atendimento às crianças dos CMEIS e das Escolas, com isto, poucos profissionais tem acesso a este evento. Normalmente o gestor da instituição escolar faz o convite para os membros da Comissão Permanente da Diversidade local e caso não haja o aceite, transfere a vaga para outro profissional que demonstrar interesse, ou ainda por sorteio.

Ainda analisando as formações do ano de 2014, identificamos que o III Seminário da Diversidade, do qual como pesquisadora tive a oportunidade de participar, foi em um espaço amplo com aproximadamente 750 lugares em Pinhais com as inscrições gratuitas, o evento aconteceu em dois dias, sendo manhã, tarde e noite, com palestras, comunicações orais e momentos culturais, normalmente envolvendo a temática das relações étnico-raciais. A partir dos dados do relatório de cursos da Comissão da Diversidade, elaboramos o quadro que segue:

SEMINÁRIO OFERTADO PELA COMISSÃO DA DIVERSIDADE EM 2014				
NOME DO CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	MINISTRANTE	PARTICIPANTES
III Seminário da Diversidade- Racismo e Sociedade	5/11/2014	2 horas	Carlos Moore	53
III Seminário da Diversidade - Homossexualidade e Educação Sexual	5/11/2014	4 horas	Mery Neide Figueiró	146
III Seminário da Diversidade - A Arte pela diversidade	5/11/2014	2 horas	Maurício Pestana	50

Ao observar o quadro acima, percebe-se que há poucas pessoas considerando o número de convites que foi estendido inclusive aos municípios vizinhos. Questionamo-nos sobre os motivos das poucas pesquisas e das poucas pessoas tentando se apropriar destes saberes. O número de participantes nas palestras com temática das relações étnico-raciais estava abaixo do número de membros da Comissão Permanente da Diversidade que relembrando é de no mínimo oitenta e três pessoas. Esse fato ao que Munanga (2001) argumenta de que “Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista. (p. 32)”. Ainda há uma falta de interesse de grande parte das pessoas em transpor o processo de racismo e preconceito.

4.2 COLETA DE DADOS: QUESTIONÁRIOS E ENTREVISTAS

Com o intuito de nos aproximarmos dos objetivos a que esta pesquisa se propõe, escolhemos enviar questionário para as(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) a fim de colher impressões sobre as formações desenvolvidas pela Comissão da Diversidade.

Vinte e três coordenadoras(es) pedagógicas(os) receberam um questionário objetivo via endereço eletrônico com perguntas fechadas e abertas, este instrumento continha perguntas que iniciaram com questões que visavam identificar aspectos de ordem geral concernentes à formação inicial, tempo de atuação no cargo e de experiência profissional. Na sequência, buscamos apreender elementos específicos, que contribuíssem para o entendimento do objeto de pesquisa, partindo de um princípio que uma das funções das(os) coordenadoras(es) pedagógicas(os) é o papel de agente de formação em serviço e articulação dos processos de ensino-aprendizagem diante do trabalho pedagógico das(os) educadoras(es) e professoras(es).

Retornaram dezessete questionários, a seguir discutiremos as informações coletadas.

Contando um pouco do perfil destas(es) coordenadoras(es) pedagógicas(os) conforme as respostas obtidas, o tempo de atuação na função no município varia de um ano a cinco anos. Na formação inicial, graduação,

nenhum dos respondentes informa ter tido alguma disciplina que tratava da temática História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, uma delas apresenta Pós-graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais e treze apresentando especialização em outras temáticas.

Ao serem questionadas como avaliam as formações oferecidas pela Comissão, uma marcou a opção ótima, quinze marcaram a opção boa e uma a opção regular, sendo que esta colocou uma observação justificando que:

Marquei a opção regular porque nem sempre somos chamadas para fazer todos os cursos da Diversidade por sermos da Educação Infantil. (Questionário respondido 20/10/2015 – Coordenadora Pedagógica).

Neste contexto em que a Coordenadora Pedagógica aponta a falta de convite para alguns cursos, vale salientar que de fato estão na dependência da divulgação da direção escolar. Importante neste caso registrar que é um processo que merece atenção a forma de recepção da informação pela direção para melhoria, tanto na divulgação quanto nas discussões dos encaminhamentos para a promoção da igualdade racial, Gomes (2005) aponta que:

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os professores não devem silenciar-se diante de preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores, construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal, é preciso saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial. (GOMES, 2005, p. 60)

Ao responder a questão que diz como você considera a sua atuação na escola com a formação em serviço com a temática Étnico-racial, recebemos oito questionários marcando como ótima atuação, seis com a opção de boa atuação e duas considerando regulares, para a nossa reflexão optamos por trazer três relatos com justificativas de forma contraditória a atuação, conforme segue:

Coordenadora Pedagógica que marcou a opção ótima atuação, justifica que:

Faço tudo que posso e mais um pouco, mas tenho outras coisas para fazer também, tenho outras etnias para contemplar então minha maior ênfase deixo para o mês de novembro. (resposta do questionário por Coordenadora Pedagógica A)

No relato acima, a respondente afirma que sua atuação está ótima e justifica informando que “faz tudo que pode”, no entanto, observamos certo distanciamento com relação ao fazer pedagógico além da demonstração da falta de interesse em trabalhar durante o ano com a temática das relações étnico-raciais, reduzindo somente no mês em que se comemora o Dia da Consciência Negra. Para Harchard (2001):

O discurso da elite e do povo difundiu uma ideologia de harmonia e excepcionalidade raciais como dados integrantes da identidade nacional. No nível do Estado, a política social procurou mascarar ou minimizar as diferenças raciais. A consequência mais nociva disso, entretanto, é a incapacidade de muitos cidadãos brasileiros de identificar quaisquer problemas raciais, bem como o não reconhecimento de que de fato existem no Brasil problemas específicos de discriminação, violência e desigualdade raciais. (HANCHARD, 2001, p. 65)

Coordenadora Pedagógica que marcou a opção boa atuação, em seguida justifica:

Não sei bem se estou fazendo certo, vou nos cursos que a Comissão da Diversidade convida e tento estudar mais um pouco e tento aplicar, mas nem sempre dá tempo de passar tudo para as educadoras. (resposta do questionário por Coordenadora Pedagógica B)

A nosso ver, diante das informações coletadas, a promoção da igualdade racial por meio da atuação desta coordenadora pedagógica que procura frequentar cursos e a busca da pesquisa é com o objetivo de melhorar suas práticas, portanto concordamos com Adriani Freire quando aponta que:

Para que a educação infantil se concretize como um segmento importante no processo educativo, não bastam leis que garantam isso no papel nem tampouco teorias elaboradas sobre o desenvolvimento infantil. As pessoas que trabalham diretamente com as crianças precisam estar continuamente se formando, para exercer sua função da melhor maneira possível, de forma a favorecer o desenvolvimento infantil em diversos aspectos, promovendo a ampliação das

experiências das crianças e de seus conhecimentos. (FREIRE, 1999, p. 78).

Coordenadora Pedagógica que marcou a opção regular, apresenta a seguinte justificativa:

Acredito que a minha atuação ainda é regular, porque falta ainda um longo caminho que preciso percorrer, faltam mais formações e melhorar a divulgação nos CMEIS quanto aos cursos oferecidos, depois que fiz uma Especialização nas Relações Étnico-raciais na UFPR melhorei minhas práticas, consegui saber alguns conceitos e até a forma de trabalhar com as educadoras com as formações em serviço, mas ainda não estou satisfeita, temos muito chão para percorrer e observo que nem todas as educadoras estão sensíveis ao processo. (resposta do questionário por Coordenadora Pedagógica C)

A partir do relato desta Coordenadora Pedagógica, partimos do pressuposto de que a busca pelo conhecimento contribui para o desenvolvimento das práticas antirracistas e apontamos que a formação pode auxiliar de maneira relevante na atuação junto as(os) educadoras(es) colaborando assim para uma sociedade mais justa e igualitária, observamos neste caso uma preocupação com a formação continuada no e para o espaço escolar valorizando a identidade de cada criança, mas também a fala dela demonstra que se sentiu mais segura para atuação após as formações da comissão e a especialização. Coisa parecida apontada pela outra que diz não saber se está no caminho certo, ou seja, as formações da comissão não tem aparentemente conseguido dar segurança para as coordenadoras trabalharem o tema, para tanto Gomes enfatiza que:

[...] quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2003, p. 171 - 172).

Portanto apontamos a necessidade de formação dos educadores e professores, pois com os relatos observamos que existe uma lacuna na formação destes profissionais da educação infantil no que tange a temática.

Dando continuidade a nossa análise de dados, optamos por entrevistar a coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade Solange Penna, com isto, intencionamos conhecer dados de como é o encaminhamento do trabalho com as possibilidades e dificuldades a partir do olhar da respondente. A vantagem da entrevista é que, segundo Ludke e André (1986, p.34), “[...] permite a captação imediata e corrente da informação desejada” e pode traduzir as impressões de maneira muito fiel”.

Para a construção da entrevista procuramos eleger questões que nos dessem pistas para estabelecer análise com base no objeto de estudo.

A entrevista foi cedida no dia vinte e três de outubro de dois mil e quinze, na Secretaria de Educação do Município de Pinhais e a nossa primeira questão foi em relação a estrutura física e aparência dos CMEIS, perguntamos de que forma a Comissão Permanente da Diversidade acompanha a representação da diversidade no interior das instituições educacionais e a resposta foi de que:

O acompanhamento é feito por meio de visitas no local e também por meio dos assessoramentos pedagógico que são realizados semestralmente. (Entrevista cedida no dia 23/10/2015 pela Coordenadora da Comissão da Diversidade – Solange Penna)

Outro questionamento que julgamos ser suscetível de reflexão foi contextualizar na pergunta desta forma: Sabendo que a Coordenação Pedagógica de cada instituição educacional faz parte da Comissão da Diversidade, de que forma estes gestores desenvolvem suas atividades com o corpo docente nas formações em serviço, grupos de estudo, acompanhamento dos planos de aula em relação a educação das relações étnico-raciais?

As Coordenadoras Pedagógicas desenvolvem suas atividades nos horários de permanência por meio de sugestões, orientações de forma a contemplar nos planejamentos o trabalho com a educação das relações étnico-raciais. Realiza-se estudos, palestras e também avaliação da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. (Entrevista cedida no dia 23/10/2015 pela Coordenadora da Comissão da Diversidade – Solange Penna)

Outra questão que julgamos importante compor para a análise desta pesquisa foi perguntar de que forma acontece a divulgação dos cursos ofertados e a informação que nos foi passada é de que existem duas formas de

divulgação, uma é de que fica disponível para consulta o cronograma de cursos do ano inteiro e outra forma é por via endereço eletrônico para a instituição escolar. Com base nesta afirmativa, constatamos que a divulgação dos cursos de formação ainda precisam ser aprimoradas objetivando atingir a totalidade das comissões de cada unidade.

Ao ser questionada quanto as políticas atuais ou ações voltadas para a valorização da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, a fim da valorização das relações étnico-raciais nos CMEIS? O que ainda precisa ser feito? A coordenadora respondeu imediatamente sem detalhar de que forma pretende chegar a este objetivo: *“Acredito que devemos ainda assegurar uma ampliação da formação continuada”*.

Quanto a expectativa para a educação das relações étnico-raciais nos CMEIS nos próximos anos, a resposta foi de que:

A expectativa é de vislumbrar os nossos sujeitos de hoje sendo sujeitos do amanhã colocando em prática o respeito com a diversidade humana, fazendo uso dos direitos humanos respeitando a todos e construindo assim, um mundo melhor e justo e igualitário. (Entrevista cedida em 23/10/2015 pela Coordenadora da Comissão da Diversidade – Solange Penna)

Aproveitamos para solicitar referente às práticas desenvolvidas nos CMEIS no ano de 2014, que citasse dois CMEIS que considera que tenha um trabalho pedagógico com boas práticas em relação a educação das relações étnico-raciais e a Coordenadora da Comissão da Diversidade nos informou que o CMEI Tarsila do Amaral e o CMEI Vinícius de Moraes apresentam um bom trabalho com boas práticas que servem como exemplo para os demais.

Assim a partir destas informações não foi possível refletir sobre o que são “boas práticas” e optamos pela pesquisa de Nilma Gomes (2012) que afirma:

Reitera-se que não se pretende atribuir juízo de valor às práticas em análise, classificando-as como “boas”, “más”, “significativas”, “inovadoras”, entre outras apreciações. Sabe-se dos riscos e perigos desse tipo de classificação. O cuidado para não incorrer nessa perspectiva deve-se à compreensão de que, mesmo quando “bem intencionada”, tal classificação não consegue abarcar a complexidade de fatores presentes na educação brasileira. (GOMES, 2012, p.73)

E para esta categorização, Gomes (2012) apresenta quatro dimensões, conforme segue:

Cada uma dessas dimensões se refere a um determinado conjunto de categorias que nos permitem compreender a capacidade de “sustentabilidade” da Lei n.º 10.639/03 nas práticas observadas:
Dimensão 1: estrutura física e aparência da escola;
Dimensão 2: envolvimento da gestão e do coletivo de professores(as);
Dimensão 3: formação continuada e material de apoio;
Dimensão 4: avanços e limites do trabalho. (GOMES, 2012, p.76)

No quadro utilizado por Gomes (2012, p. 76-77), (em anexo) tomaremos como exemplo para verificar as práticas dos dois CMEIS que a Coordenadora da Diversidade sugere como boas práticas dentro da rede municipal, ainda segundo a autora Nilma Gomes (2012) define que cada uma das categorias é classificada a partir de uma escala de três pontos significa o que Gomes (2012) chama de maior “enraizamento” da Lei 10639/03.

Para melhor visualização, optamos por confeccionar o quadro utilizado pela autora com o objetivo da análise dos CMEIS citados, com as informações disponibilizadas nos questionários respondidos para a Comissão Permanente da Diversidade, com questionário respondido nesta pesquisa pelas(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) e pela entrevista cedida pela Coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade, como segue:

CMEI TARSILA DO AMARAL			
1ª Dimensão: Estrutura física e aparência da escola	Aparência da escola	Estrutura Física da escola	
	O CMEI apresenta excelente aparência, com cuidados no exterior e interior dos ambientes, as salas demonstram a identidade das crianças, com fotos e trabalhos das crianças.	A infraestrutura é adequada e adaptada a etapa em que as crianças estão inseridas, os banheiros adaptados ao tamanho e para inclusão, com rampas em todos os espaços, área de lazer com parque de brinquedos e arborizado, possui espaço para atividades de movimentos (educação física), apresenta segurança nos móveis adaptados ao tamanho das crianças.	
2ª Dimensão: Envolvimento da gestão e do coletivo	Características da gestão (direção e coordenação)	Tipo de trabalho e responsável/propositor	Motivações para realização do trabalho
	Trabalham em um modelo de equipe onde todos tem voz, a coordenadora pedagógica e direção procuram trabalhar juntas de forma democrática com os demais profissionais.	A coordenadora pedagógica elaborou junto com a equipe um Projeto Diversidade que contempla o ano todo, cada educadora/professora contribui escrevendo a intenção das práticas e atividades como proposta, depois reúne todo o grupo para discutir os encaminhamentos.	A coordenadora pedagógica ao tomar conhecimento da Lei 10639/03 e acompanhar todas as formações oferecidas pela Comissão da Diversidade, além de estudos individualizados e com a equipe, procurou fazer especialização na área para obter maiores condições de contribuir com a equipe.
3ª Dimensão: Formação Continuada e material de apoio	Biblioteca e acervo-étnico- racial	Formação continuada da equipe	
	Além do acervo encaminhado da Secretaria de Educação e Comissão da Diversidade contando com aproximadamente vinte exemplares, a direção a pedido da equipe adquiriu mais uma média de 8 exemplares, além de materiais como: bonecas negras, lápis com os tons de pele, instrumentos de percussão, artesanato indígena e tecidos coloridos.	A coordenadora pedagógica relatou que "fazer formação com a temática é algo prazeroso, no entanto nem todas as educadoras aceitam imediatamente, é preciso todo um processo para iniciarem a compreensão da necessidade de uma pedagogia antirracista". A formação continuada acontece semanalmente com o acompanhamento dos planejamentos e os cursos ofertados pela Comissão da Diversidade.	
4ª Dimensão: Avanços e limites do trabalho	Formação ética dos estudantes (trato da diversidade)	Formação conceitual dos estudantes	Principais dificuldades no trabalho
	As educadoras tiveram mais sensibilidade com o cuidar das crianças, pegando mais no colo as crianças negras e as imagens colocadas nas paredes deram mais identidade com as fotos das crianças.	As atividades propostas para as crianças envolveram músicas, arte, cultura Africana e afro-brasileira.	A maior dificuldade foi no enfrentamento com duas educadoras que não demonstravam interesse pela temática e levantavam críticas do trabalho proposto pela pedagoga, segundo a coordenadora pedagógica "tudo é um processo que a cada formação é uma tentativa de mudança".

(Quadro elaborado a partir de análise documental, com base na pesquisa da GOMES, 2012, p.77-78)

CMEI VINICIUS DE MORAES			
1ª Dimensão: Estrutura física e aparência da escola	Aparência da escola	Estrutura Física da escola	
	O CMEI apresenta excelente aparência, com cuidados no exterior e interior dos ambientes, as salas demonstram a identidade das crianças, com fotos e trabalhos das crianças	A infraestrutura é adequada e adaptada a etapa em que as crianças estão inseridas, os banheiros adaptados ao tamanho e para inclusão, com rampas em todos os espaços, área de lazer com parque de brinquedos e arborizado, possui espaço para atividades de movimentos (educação física), apresenta segurança nos móveis adaptados ao tamanho das crianças.	
2ª Dimensão: Envolvimento da gestão e do coletivo	Características da gestão (direção e coordenação)	Tipo de trabalho e responsável/propositor	Motivações para realização do trabalho
	A direção e a coordenadora pedagógica trabalham de forma democrática. A coordenadora pedagógica informa que "se não fosse a ajuda e apoio da direção, tudo ficaria mais difícil. Ela é de fácil acesso e sempre que possível adquire os materiais que precisamos".	Da mesma forma que o outro CMEI, a coordenadora pedagógica elaborou junto com a equipe um Projeto Diversidade que contempla o ano todo, cada educadora/professora contribui escrevendo a intenção das práticas e atividades como proposta, depois reúne todo o grupo para discutir os encaminhamentos.	As gestoras, direção e coordenação pedagógica procuram ter presença nos cursos ofertados pela Comissão da Diversidade e ocasionam momentos de estudo para o grupo, oportunizando a troca de conhecimento e experiências para facilitar o trabalho.
3ª Dimensão: Formação Continuada e material de apoio	Biblioteca e acervo-étnico- racial	Formação continuada da equipe	
	O CMEI conta com aproximadamente vinte e seis livros para trabalhar a cultura afro e indígena, além de brinquedos e jogos para utilizar na temática.	A formação continuada acontece semanalmente com o acompanhamento dos planejamentos e os cursos ofertados pela Comissão da Diversidade, além de outros eventos com o nome de Momento Pedagógico que a equipe de 29 educadoras (es) fazem uma permanência concentrada e utilizaram para formação continuada com discussão com a temática das relações étnico-raciais aproveitando para melhor elaborar o projeto para o ano todo.	
4ª Dimensão: Avanços e limites do trabalho	Formação ética dos estudantes (trato da diversidade)	Formação conceitual dos estudantes	Principais dificuldades no trabalho
	Pudemos observar nos relatórios que as educadoras tiveram outro olhar para a identidade da criança e da sala de aula, além de demonstrarem mais sensibilidade com as crianças quanto aos cuidados de cada um.	As atividades propostas para as crianças envolveram músicas, arte, dança, comidas típicas da cultura Africana e afro-brasileira.	A maior dificuldade foi de construir a ideia de que existe a necessidade de trabalhar com a temática das relações étnico-racial afro e indígena com mais intensidade do que a cultura que já está arraigada.

(Quadro elaborado a partir de análise documental, baseado na pesquisa da GOMES, 2012, p.77-78)

Os CMEIS indicados pela Coordenadora da Comissão da Diversidade que apresentamos nos quadros acima e a análise dos relatórios apresentados para a Secretaria de Educação do Município de Pinhais demonstrando alguns trabalhos efetuados com as crianças durante o ano de 2012 nos faz compreender que o acompanhamento dos cursos oferecidos pela Comissão Permanente da Diversidade, somados a estudos rotineiros nas permanências, bem como o acompanhamento das coordenações pedagógicas nas práticas dos dois exemplos apresentados nos remete a apontar como referências de boas práticas, mesmo apresentando algumas dificuldades, conforme descritas nos quadros acima no item 4ª Dimensão que trata dos avanços e limites do trabalho e transcritas a seguir:

A maior dificuldade foi no enfrentamento com duas educadoras que não demonstrarem interesse pela temática e levantavam críticas do trabalho proposto pela pedagoga, tudo é um processo que a cada formação é uma tentativa de mudança. (Coordenadora Pedagógica do CMEI Tarsila do Amaral)

A maior dificuldade foi de construir a ideia de que existe a necessidade de trabalhar com a temática das relações étnico-racial afro e indígena com mais intensidade do que a cultura que já está arraigada. (Coordenadora Pedagógica do CMEI Vinicius de Moraes)

As dificuldades encontradas pelas Coordenadoras Pedagógicas aqui citadas são somente um pequeno recorte dos desafios que observaram, mas que demonstram acreditar em um processo de melhoria em função das formações e pesquisas da temática, o que fortalece cada vez mais o fazer pedagógico e os encaminhamentos com práticas que promovam uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

A intenção de fazer este trabalho foi pelo desejo de a partir da pesquisa identificar pistas que nos levem a compreender as melhores formas do combate o racismo, para tanto iniciamos esta pesquisa com o objetivo de investigar se as ações realizadas pela Comissão Permanente da Diversidade do Município de Pinhais influenciam nas práticas formativas desenvolvidas pelas(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) junto aos educadores(as) dos CMEIS ao tratarem das relações étnico-raciais. Buscamos compreender as práticas realizadas pelas(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) junto aos educadores dos CMEIS do Município de Pinhais com foco na Diversidade étnico-racial, bem como, identificar as boas práticas propostas educativas que venham contribuir positivamente no cotidiano escolar.

A pesquisa nos possibilita apontar, a partir das respostas das Coordenadoras Pedagógicas e dos dados dos documentos, que a divulgação dos cursos ainda precisa ser melhorada, caso contrário pode ser interpretada sob diversas vertentes e uma delas é o silenciamento acerca das questões raciais. Outro fator de dificuldade que as(os) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os) descrevem e também constatamos na análise documental é que o agendamento dos cursos precisa de uma organização por meio da comunicação interna para que não haja outro curso agendado para o mesmo dia dos cursos propostos pela Comissão da Diversidade.

Por meio da pesquisa de Gomes (2012 p.77), utilizando as quatro dimensões elencadas para análise, montamos o quadro para observar as práticas dos CMEIS indicados pela Coordenadora da Diversidade e observamos que conforme o relato das Coordenadoras Pedagógicas, a formação abarca um dos melhores caminhos para o fazer pedagógico antirracista, por certo somente a formação não serve para resolver todos os problemas encontrados nesta sociedade arraigada de preconceitos e portanto concordamos com Gomes (2003) quando afirma que:

O trato pedagógico da diversidade é algo complexo. Ele exige o reconhecimento da diferença e, ao mesmo tempo, o estabelecimento

de padrões de respeito, de ética e a garantia dos direitos sociais. Avançar na construção de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo significa romper com a ideia de homogeneidade e de uniformização que ainda impera no campo educacional. Representa entender a educação para além do seu aspecto institucional e compreendê-la dentro do processo de desenvolvimento humano. Isso nos coloca diante dos diversos espaços sociais em que o educativo acontece e nos convida a extrapolar os muros da escola e a ressignificar a prática educativa, a relação com o conhecimento, o currículo e a comunidade escolar. Coloca-nos também diante do desafio da mudança de valores, de lógicas e de representações sobre o outro, principalmente, aqueles que fazem parte de grupos historicamente excluídos. (GOMES, 2003, p. 74-75).

Salientamos que os relatórios descritivos produzidos pelos CMEIs sobre suas práticas, todos devolveram preenchidos para a Secretaria Municipal de Educação de Pinhais, no entanto, não tivemos tempo hábil nesta pesquisa para analisar em detalhes, mas acreditando neste ressignificar da prática educativa por meio da relação com o conhecimento e uma gestão comprometida com (re)educação das relações étnico-raciais que finalizamos, apontando que nossa pesquisa demonstra limitações e lacunas que outro estudo poderá preencher. Esperamos que tenhamos contribuído demonstrando pistas que poderão colaborar da revisão das formações ofertadas pela Comissão Permanente da Diversidade.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/ SEF, 2005.

BRASIL. Lei 9394 – 24 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CANDAU, Vera Maria. *Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação*. Educação e Sociedade, São Paulo, ano XXIII, 2002.

CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CUNHA, Claudia Madruga. O Campo de Conhecimento e as práticas sobre a iniciação à docência: O que revela a produção científica no II Congresso Internacional sobre Professorado Principiante. Santiago do Chile, 2012. file:///C:/Users/pc/Desktop/Mestrado%20profissional/Inicia%C3%A7%C3%A3o%20da%20doc%C3%Aancia.pdf visualizada em 30/04/2014.

DIAS, L. R. No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo. 319 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2007

FREIRE, Adriani Pinheiro. Formação de Educadores em Serviço: Construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda. (Orgs.). *Infância e Educação Infantil*. Campinas: Papirus, 1999. (Coleção Prática Pedagógica).

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão – In: BRASIL. *Educação Anti-racista*. Caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. SECAD, 2005.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr. 2012.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Os desafios da Diversidade na escola. In. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. (org.). *Diversidade, cultural e educação: olhares cruzados*. São Paulo: Biruta, 2003.

HANCHARD, Michael George. Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 - 1988). RJ: EDUERJ, 2001.

LIMA, Fernanda da Silva. ; VERONESE, Josiane Rose Petry. Mamãe África, cheguei ao Brasil: os direitos da criança e do adolescente sob a perspectiva da igualdade racial. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC/ Fundação Boiteux, 2011.

LIMA, Elvira de Souza. "Currículo e desenvolvimento humano". In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.11-47.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Apresentação. In: MUNANGA, Kabenlege (org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 2005. p. 15-20.

_____. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. Revista Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

PACÍFICO, Tânia Mara. Relações raciais no livro didático público do Paraná. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

PINHAIS, Secretaria Municipal de Educação de. Proposta Pedagógica Curricular, Educação Infantil, 2013.

RODRIGUES, Tatiane C., ABRAMOVICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. 2012. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100002 acesso em 08/10/2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. "Movimento negro e crise brasileira", Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Rodolfo dos Santos. Pinhais 20 anos: Fatos e histórias de uma cidade emancipada. Pinhais: IPJ – Instituto Paranaense da Juventude, 2012.

WIEVIORKA, Michel. O racismo, uma introdução. Trad. FanyKon. São Paulo, Perspectiva, 2007 (Debates 308; dir. J. Guinsburg).

Sites acessados:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/259_680.pdf
acessado em 16/09/2015

<http://bancodeteses.capes.gov.br/> acessado em 09/04/2015.

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial_educacao-para-todos_36_miolo.pdf acessado em 30/07/2015

[http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/cme/uploadAddress/Del_01-2010_Normas_Complementares_para_Implementacao_das_Diretrizes_Curriculares_para_Educacao_das_Relacoes_Enicorraciais_-_CLN\[5043\].pdf](http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/cme/uploadAddress/Del_01-2010_Normas_Complementares_para_Implementacao_das_Diretrizes_Curriculares_para_Educacao_das_Relacoes_Enicorraciais_-_CLN[5043].pdf)
acessado em 24/08/2015

<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Guia-de-enfrentamento-ao-racismo-institucional.pdf> Acessado em 21/10/2015

ANEXO 1

Questionários – Coordenadoras(r) Pedagógicas(os)

Nome: _____

Faixa etária: _____

Formação acadêmica:

Graduação _____ Pós-graduação _____

Tempo de atuação como professor em sala de aula _____

Tempo na função de coordenadora(r) Pedagógica(o): _____

1) Na sua formação inicial (graduação), você teve alguma disciplina que tratava da temática História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena?

Sim () Não ()

2) Como você avalia as formações oferecidas pela Comissão da Diversidade?

Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima ()

3) Como você considera a sua atuação na escola com a formação em serviço com a temática Étnico-racial?

Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima ()

4) Justifique sua resposta apontando fatores que concorrem para que a atuação seja satisfatória ou insatisfatória

ANEXO 2

Roteiro de entrevista da a Coordenadora da Comissão Permanente da Diversidade (Solange Penna)

1. Quanto a estrutura física e aparência das Escolas e CMEIS, de que forma a Comissão da Diversidade acompanha a representação da diversidade no interior das instituições educacionais?
2. Sabendo que a Coordenação Pedagógica de cada instituição educacional faz parte da Comissão da Diversidade. De que forma estes gestores desenvolvem suas atividades com o corpo docente nas formações em serviço, grupos de estudo, acompanhamento dos planos de aula em relação a educação das relações étnico-raciais?
3. Quais são as políticas atuais ou ações voltadas para a valorização da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena, a fim da valorização das relações étnico-raciais nos CMEIS? O que ainda precisa ser feito?
4. Qual a sua expectativa para a educação das relações étnico-raciais nos CMEIS nos próximos anos?
5. Quanto as práticas desenvolvidas nos CMEIS no ano de 2014, cite dois CMEIS que considera que tenha um trabalho pedagógico com boas práticas em relação a educação das relações étnico-raciais:

ANEXO 3

QUESTIONÁRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DA DIVERSIDADE
ENVIADO PARA AS ESCOLAS E CMEISRelatório de implementação de práticas pedagógicas voltadas a
Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de
História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Em conformidade com a Deliberação n.º 01/2010 do Conselho Municipal de Educação de Pinhais, que institui normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, cabe às unidades escolares a inclusão em currículo oficial de conteúdos, competências, atitudes e valores, de modo a promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes, buscando relações étnico-sociais positivas que configurem a sociedade democrática.

No cumprimento do que preceitua a referida Deliberação, Art. 5º inciso XII e, Art. 11 §1º, a SEMED deverá gerar relatórios anuais, **a partir do levantamento prévio das unidades escolares**, a respeito das ações de implementação das DCN's para Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, bem como, comunicar ao MEC/SECADI e ao CME os resultados obtidos frente do trabalho pedagógico desenvolvido.

Nesse sentido, solicitamos as Comissões da Diversidade das unidades escolares pertencentes a Rede Municipal de Ensino de Pinhais, que emitam relatório contemplando as questões abaixo relacionadas, a fim de contribuir para o planejamento de ações futuras sobre a temática e atender ao preceito legal de divulgação do trabalho.

**ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10639/03 E
11645/08****IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA**

1. Nome da Escola

2. Responsável pelo preenchimento: _____

Assinatura e carimbo do responsável pelo estabelecimento escolar:

EQUIPES MULTIDISCIPLINARES OU COMISSÃO DA DIVERSIDADE

a) Relação dos membros que compõe a Comissão da Diversidade (pedagoga, professora, comunidade):

b) Quais as principais medidas tomadas na unidade escolar para implementação do Art. 26-A da LDB? Descrever o acontecimento de cada item selecionado:

- Comemoração anual do Dia da Consciência Negra. (Descrever que evento? Qual público?)
- Elaboração pela Comissão da Diversidade de plano de trabalho específico.
- Plano de ação (anexar).
- Encontro de Estudos Pedagógicos sobre a temática
- De que forma a Comissão da Diversidade desta unidade escolar orienta, acompanha e avalia o trabalho desenvolvido sobre a temática?
- A Escola realizou neste último ano, eventos relativos à EREER e ao Ensino de História e Cultura Afro e Indígena?
(Feiras, Seminários, Palestras, Amostras, entre outros)
- O trabalho desenvolvido com a diversidade étnico-racial está contemplado nos planos de aulas de todos os profissionais desta unidade?

() Sim () Não () Raramente

- O trabalho desenvolvido com a diversidade étnico-racial, ocorre com qual frequência:

() Quinzenal

() Mensal

() Uma vez no bimestre

() Uma vez no semestre

- Quais as principais atividades que esta unidade escolar tem desenvolvido na perspectiva da diversidade étnico-racial? Descrever o acontecimento:

INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) E DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFROBRASILEIRA E INDÍGENA

(Informações sobre a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena no Projeto Político Pedagógico e na Proposta Curricular da Escola)

3. O projeto político pedagógico da escola faz menção à ERER e ao Ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena?
() sim () não
4. Em quais áreas do conhecimento os conteúdos de ERER e de Ensino de história e cultura afro e indígena estão inseridos na escola?
() Linguagem () Matemática
() Ciências humanas () Ciências naturais
() outros _____
5. Descreva os conteúdos relativos à ERER e ao Ensino de história e cultura afro e indígena que são abordados na área de linguagens:
(conteúdos das disciplinas LP, LE, Arte e Educação Física)
6. Descreva os conteúdos relativos à ERER e ao Ensino de história e cultura afro e indígena que são abordados na área de matemática:
(Conteúdos das disciplinas de Matemática e Física)
7. Descreva os conteúdos relativos à ERER e ao Ensino de história e cultura afro e indígena que são abordados na área de ciências humanas
(Conteúdos das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia)
8. Descreva os conteúdos relativos à ERER e ao Ensino de história e cultura afro e indígena que são abordados na área de ciências da natureza: (Conteúdos das disciplinas de Ciências, Química e Biologia)
9. Outros (Projetos, entre outros)

FORMAÇÃO E EVENTOS

(Informações sobre formações e eventos relativos a ERER e ao Ensino de História e Cultura Afro e Indígena)

10. A equipe da escola participa de formação continuada relativa à temática em questão?

() sim () não

11. As formações continuada são ofertadas por quais instituições/órgãos?

- () secretaria do estado da educação do paraná
- () secretaria municipal de educa o
- () organiza es do movimento social negro
- () institui es de ensino superior
- () outro _____

12. Quantidade de professores na escola: _____

13. Quantidade de professores que participou de atividades de forma o e capacita o nos termos das diretrizes curriculares nacionais para a implementa o das leis 10639 e 11645: _____

14. Quantidade de funcionários que participou de atividades de forma o e capacita o nos termos das diretrizes curriculares nacionais para a implementa o das leis 10639 e 11645: _____

MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO RELATIVO   ERER E AO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFROBRASILEIRA E INDÍGENA

15. A Escola possui material didático pedagógico para implementar   ERER e ao Ensino de história e cultura afro e indígena?

() sim () não

16. Listagens de material didático pedagógico relativo   temática disponível na escola

17. Quais contribui es os trabalhos desenvolvidos sobre diversidade étnico-racial trouxeram para a equipe escolar no cotidiano da unidade?

18. Quais mudanças foram observadas nas crianças/alunos a partir dos trabalhos desenvolvidos sobre diversidade étnico-racial?

19. Quais as dificuldades estão presentes no ambiente escolar no desenvolvimento do trabalho com a Educa o das Rela es  tnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena?

20. Anexo os registros dos trabalhos realizados: planos de trabalho; fotos; atividades; textos ou referências literárias, dentre outros

ANEXO 4

Quadro 4 – Sustentabilidade e enraizamento das práticas pedagógicas (GOMES, 2012 p.76-77)

1ª Dimensão: Estrutura física e aparência da escola		
Aparência da escola	Estrutura física da escola	
Este indicador refere-se à aparência da escola, incluindo seus aspectos estéticos exteriores e interiores, bem como o estado de conservação de suas dependências. Refere-se também à representação da diversidade no interior da escola (cartazes, murais, muros etc.).	Este indicador refere-se à infraestrutura da escola, considerando o número de salas de aula e salas de apoio, bem como o tamanho e a adequação estrutural para a realização das atividades propostas. Refere-se também à existência de quadras de esportes, salas de informática e brinquedoteca, quando for o caso.	
2ª Dimensão: Envolvimento da gestão e do coletivo		
Características da gestão	Nome do trabalho e responsável/ propositor	Motivações para realização do trabalho
Este indicador refere-se seja ao posicionamento da gestão da escola (direção e coordenação pedagógica) na recepção e apoio à pesquisa, seja na condução dos trabalhos cotidianos na escola. Foi construído não através da percepção de pesquisadores(as) no campo, mas a partir dos relatos de professores(as), funcionários(as) e estudantes.	Este indicador refere-se às atividades realizadas na escola na perspectiva da Lei e das Diretrizes, bem como às suas principais características e metodologia de trabalho. Considera também que o trabalho é desenvolvido por um coletivo de professores(as) ou por rofessores(as) isolados, além do período de realização do trabalho.	Este indicador refere-se às principais justificativas para o início dos trabalhos desenvolvidos na escola na perspectiva da Lei e das Diretrizes. Assim, foi importante observar se o conhecimento da Lei foi o que determinou o início dos trabalhos, a percepção da diversidade étnico-racial dos estudantes, uma ética pessoal antirracista etc.
3ª Dimensão: Formação continuada e material de apoio		
Biblioteca e acervo étnico-racial	Formação continuada da equipe	
Este indicador refere-se a um espaço específico da escola: a biblioteca (sua estrutura física, seu acervo geral e, sobretudo, seu acervo de obras voltadas à temática étnico-racial), além da acessibilidade da comunidade escolar a ele.	Este indicador refere-se à participação, passada ou presente, de profissionais da escola em cursos de formação continuada na perspectiva da Lei e das Diretrizes oferecidas pelo MEC, Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, NEABs, outros.	
4ª Dimensão: Avanços e limites do trabalho		
Formação ética dos estudantes	Formação conceitual dos estudantes	Principais dificuldades do trabalho
Este indicador refere-se aos impactos do trabalho realizado na autoestima dos(as) estudantes, na modificação dos padrões de relacionamento entre eles, ou nas formas de alterreferências (piadas, estigmas etc.).	Este indicador refere-se ao conjunto de conhecimentos acumulados e expressos pelos(as) estudantes acerca da cultura afro-brasileira em geral e da História da África, em especial.	Este indicador refere-se ao conjunto de dificuldades, citadas ou percebidas pelos(as) pesquisadores(as), para o desenvolvimento do trabalho na perspectiva da Lei e das Diretrizes.